

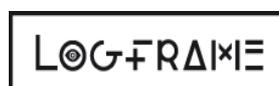
**NATIONAL EVALUATION REPORT ON THE RESULTS  
AND IMPACTS OF ACTIONS CO-FINANCED BY THE  
EUROPEAN FUND FOR THE INTEGRATION OF THIRD-  
COUNTRY NATIONALS CONCERNING THE PERIOD 2011  
TO 2013**

(Report set out in Article 48 (2)(b) of Decision 2007/435/EC)

*RELATORIO FINAL 30.10.2015*

*VERSÃO ORIGINAL*

*ELABORADO POR LOGFRAME – CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA.*



**NATIONAL EVALUATION REPORT ON THE RESULTS AND IMPACTS OF ACTIONS  
CO-FINANCED BY THE EUROPEAN FUND FOR THE INTEGRATION OF THIRD-  
COUNTRY NATIONALS CONCERNING THE PERIOD 2011 TO 2013**

**CONTENTS**

1.	KEY DATA ON THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL EIF ANNUAL PROGRAMMES, 2011 TO 2013 .....	PAGE 7
2.	SUMMARY DESCRIPTION OF THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL EIF ANNUAL PROGRAMMES, 2011 TO 2013.....	PAGE 10
3.	THE PROGRAMMES' DIRECT RESULTS OUTPUTS, PLANNED AND ACHIEVED.....	PAGE 24
4.	EFFECTS AND IMPACTS OF THE PROGRAMMES 2011-2013.....	PAGE 29
5.	IMPLEMENTATION OF THE MULTIANNUAL STRATEGY.....	PAGE 52

**NATIONAL EVALUATION REPORT ON THE RESULTS AND IMPACTS OF  
ACTIONS CO-FINANCED BY THE EUROPEAN FUND FOR THE  
INTEGRATION OF THIRD-COUNTRY NATIONALS  
CONCERNING THE PERIOD 2011 TO 2013**

(Report set out in Article 48 (2)(b) of Decision 2007/435/EC)

**PART A**

- 1. KEY DATA ON THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL EIF ANNUAL PROGRAMMES, 2011 TO 2013**
  
- 2. SUMMARY DESCRIPTION OF THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL EIF ANNUAL PROGRAMMES, 2011 TO 2013**

Report submitted by the Responsible Authority of: (Member State)

Direção de Serviços de Gestão de Fundos Comunitários - Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna para a Gestão do Programa Quadro Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios

Date:

05 de novembro de 2015

Name, Signature (authorised representative of the Responsible Authority):

  
Ricardo Carrilho  
Secretário Geral Adjunto  
Ministério da Administração Interna

**RICARDO CARRILHO**  
Gestor do Programa

## EXECUTIVE SUMMARY

A Autoridade Responsável pela gestão técnica, financeira e administrativa do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) 2007-2013 em Portugal – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna – decidiu, em conformidade com as exigências regulamentares do FEINPT plasmadas no n.º 2 do artigo 48.º da Decisão N.º 2007/435/CE do Conselho, 25 de junho de 2007, que cria o Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros para o período de 2007 a 2013 no âmbito do Programa Quadro «Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios», e nos termos e condições imperativamente estabelecidos nos documentos SOLID/2014/FI e SOLID/2014/Guia da Comissão Europeia, desenvolver a avaliação ex-post do FEINPT referente ao período 2011 a 2013.

O exercício avaliativo em questão, contratado a uma entidade externa e independente (Logframe – Consultoria e Formação, Lda) segundo as regras e procedimentos de contratação pública nacionais, seguiu escrupulosamente as orientações comunitárias em matéria de avaliação dos Fundos do Programa Quadro SOLID, tendo sido estruturado em função do modelo recomendado pela Comissão Europeia, garantindo assim a comparabilidade da informação com outros Estados-Membros: i) principais dados referentes à execução dos Programas Anuais (PA) 2011-2013 do FEINPT; ii) descrição sumária da execução dos PA 2011-2013 do FEINPT; iii) resultados diretos (*outputs*) dos PA 2011-2013 do FEINPT; iv) efeitos e impactos dos PA 2011-2013 do FEINPT; v) reflexão sobre a implementação da estratégia plurianual do FEINPT em Portugal.

Do ponto de vista metodológico, o exercício avaliativo adotou uma abordagem metodológica multi-método baseada na triangulação de informação decorrente de fontes documentais, bases de dados residentes na Autoridade Responsável e na Autoridade Delegada (AD) e, ainda, uma entrevista semiestruturada ao beneficiário do Fundo nos PA 2011 e 2012 que posteriormente assumiu a função de AD no PA 2013 (ACIDI/ACM, IP).

Neste quadro foi possível à equipa de avaliação chegar a um leque de conclusões e recomendações cujos principais conteúdos se apresentam de seguida:

- No período sob avaliação (2011-2013) foram apoiados 136 projetos, 10 dos quais no PA 2011; 9 no PA 2012; e, 117 no PA 2013.
- A maioria (88) do projetos implementados ao longo do período incidiram, sobretudo, na Prioridade 1 do FEINPT “Execução das ações destinadas a pôr em prática os ‘Princípios Básicos Comuns para a política de integração dos imigrantes na União Europeia’”. Dos restantes projetos, 9 enquadraram-se na Prioridade 2 “Desenvolvimento de indicadores e de metodologias de avaliação para aferir os progressos, ajustar as políticas e as medidas e facilitar a coordenação da aprendizagem comparativa” e 39 na Prioridade 3 “Reforço das capacidades políticas e melhoria da coordenação e das competências nos Estados-Membros a todos os níveis e nos serviços governamentais”.
- A execução do Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros no período 2011-2013 em Portugal registou uma alteração de fundo que teve lugar entre o PA 2012 e o PA 2013 e que se traduziu na designação de uma Autoridade Delegada pela primeira vez no período em análise – Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

- É importante compreender que a capacidade de absorção no FEINPT foi um processo dinâmico, os ajustamentos técnicos que se vieram a revelar-se necessários e oportunos, e que poderão justificar o aumento progressivo do financiamento, como é constatável a partir das taxas de execução financeira dos diferentes Programas Anuais: 63,10% no PA 2011; 82,42% no PA 2012; e 83,79% no PA 2013.
- No período em análise verificou-se uma forte continuidade das ações e dos projetos apoiados. Não obstante, importa assinalar a aposta inovadora desenvolvida no quadro do Programa Anual 2013 em matéria de “Planos Municipais para a Integração de Imigrantes”, com 19 iniciativas enquadradas na Prioridade 3 do FEINPT.
- Em matéria de eficácia, destacam-se os níveis de execução física das iniciativas enquadradas na Prioridade 3 do FEINPT, com uma taxa superior a 85%. Por oposição, ressalva-se a Prioridade 2 do Fundo como sendo aquela em que as metas iniciais registaram uma maior dificuldade de concretização (taxa de execução física de 33,33%), na medida em que a mesma estava fortemente dependente da execução do II PII, a qual foi inferior ao previsto pelo ACM, IP em ambos os PA 2011 e 2012.
- Tal facto ficou a dever-se a um processo de planeamento, em regra, pouco ambicioso, fruto, entre outros motivos, da coexistência de vários fatores de rigidez estrutural, realçando a prevalência dos constrangimentos orçamentais que o País vivia à data. De facto, esta parece ser uma das razões mais plausíveis para a grande discrepância entre os resultados esperados e os resultados atingidos. Ainda assim, é relevante sublinhar a capacidade de mobilização no terreno das equipas de projeto envolvidas, o que não é displicente face à realidade em análise.
- Em matéria de eficácia, e não obstante o exposto no ponto anterior, importa sublinhar, designadamente ao nível do PA 2013, uma superação global de praticamente todas as metas previstas, em alguns casos com valores de execução significativamente superiores ao planeado. Tal facto ficou a dever-se a um processo de planeamento, em regra, pouco ambicioso, fruto, entre outros motivos, da coexistência de vários fatores de rigidez estrutural, realçando a prevalência dos constrangimentos orçamentais que o País vivia à data. De facto, esta parece ser uma das razões mais plausíveis para a grande discrepância entre os resultados esperados e os resultados atingidos. Ainda assim, é relevante sublinhar a capacidade de mobilização no terreno das equipas de projeto envolvidas, o que não é displicente face à realidade em análise.
- No que se prende com a eficiência do FEINPT no período em análise, e pese embora o esforço desenvolvido por todas as partes interessadas em desenvolver projetos de qualidade a um custo razoável (exemplo dos custos médios dos estudos e dos Planos Municipais para a Integração de Imigrantes) e, não obstante a dificuldade de identificação de informação no que à desagregação e consistência dos valores diz respeito, foi possível a partir dos dados agregados disponíveis apurar uma suficiência de Fundos, na medida em que em todos os Programas Anuais e Ações, sem exceção, o Fundo aprovado não foi executado na sua plenitude.
- Considerando os critérios de “Adicionalidade e complementaridade” entre Fundos europeus e nacionais, a equipa de avaliação conclui que existe margem de crescimento para uma maior articulação e integração de Fundos com vista a uma otimização dos resultados das intervenções, foram identificadas algumas experiências de complementaridade com o Fundo Social Europeu. Esta é, no entanto, uma matéria sensível que exige vigilância permanente que garanta a não duplicação de financiamento, bem como a clara distinção de beneficiários (nacionais de países terceiros e nacionais de países da UE, incluindo Portugal).

- No que diz respeito à sustentabilidade dos benefícios gerados pelos projetos apoiados após o término do financiamento, a equipa de avaliação conclui por várias oportunidades de melhoria, que se prendem sobretudo com a existência de estratégias de continuidade mais claras, evitando assim uma dependência continuada de financiamentos.
- Em matéria de impacto, e pese embora, uma correlação fraca de indicadores que permitam aferir com rigor este critério de avaliação, a equipa de avaliação encontrou evidências de que o FEINPT contribuiu, de forma explícita, para a definição de estratégias de integração de âmbito nacional e infranacional, através do financiamento da elaboração de 19 Planos Municipais para a Integração de Imigrantes, bem como do financiamento de estudos e, ainda, da monitorização do II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013). O FEINPT contribuiu, igualmente, para a melhoria do acesso de nacionais de países terceiros a bens e serviços públicos e privados através do financiamento de iniciativas como a Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP) ou os GAEI – Gabinetes de Apoio Especializado ao Imigrante, apenas para referir dos exemplos.

Por último, cumpre à equipa de avaliação salientar alguns aspetos críticos associados à gestão do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros no período em apreço que deverão constituir, antes de mais, motivo de reflexão, ponderação e melhoria no futuro período de programação. Desde logo sublinha-se a fraca disponibilidade e ausência de indicadores de resultado e de impacto (e respetiva meta informação), não sendo possível compreender para muitas das iniciativas apoiadas, através do sistema de informação, qual a sua utilidade e mais-valia concreta para os destinatários finais do Fundo. Nesta matéria torna-se crucial, futuramente, reponderar a bateria de indicadores que suporta o sistema de avaliação e monitorização do FEINPT, de modo a que a mesma possibilite uma análise em termos de eficiência e de impacto mais consistente.

Sinalizam-se, igualmente, algumas fragilidades do sistema de informação do próprio Fundo, identificáveis nas dificuldades de extração de informação consistente para o processo de avaliação. Tal realidade coloca mais uma vez, desafios concretos ao futuro sistema de avaliação e monitorização do Fundo.

No que ao processo avaliativo diz respeito, sinalizam-se algumas dificuldades de recolha de informação, junto das entidades beneficiárias/Autoridade Delegada do Fundo, decorrente do contacto com funcionários que não foram os que iniciaram e acompanharam a programação, implementação e execução do Fundo, apenas o estão a encerrar. Tal facto decorre do processo de mobilidade de recursos humanos registado nos últimos anos na Administração Pública Portuguesa que afetou, naturalmente, a consolidação da memória dos serviços, nomeadamente do FEINPT.

## 1. KEY DATA ON THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL EIF ANNUAL PROGRAMMES 2011 TO 2013

### 1.1 Total number of projects funded under the Annual Programmes 2011, 2012 and 2013

	Annual Programme 2011	Annual Programme 2012	Annual Programme 2013	TOTAL Annual Programmes 2011-2013
<b>TOTAL number of projects funded in the “awarding body” method</b>	10	9	117 (ACM)	136
<b>TOTAL number of projects funded in the “executing body” method</b>	0	0	0	0
<b>GRAND TOTAL –Total number of projects funded under each annual programme</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>117 (ACM)</b>	<b>136***</b>

\* Os projetos da Assistência Técnica não estão contabilizados.

\*\* O total contabiliza os projetos aprovados no quadro dos três Programas Anuais 2011-2013. No entanto, importa ressaltar que o PA 2013 foi implementado através de uma Autoridade Delegada (ACM, IP), anterior beneficiária do FEINPT para os PA 2011 e 2012. Por este motivo, as entidades parceiras na implementação dos projetos do ACM, IP, nos PA 2011 e 2012, passaram a ser, em regra, entidades promotoras de projetos no PA 2013. Tal facto justifica o elevado diferencial entre o número de projetos aprovados no quadro dos Programas Anuais 2011 e 2012, por um lado, e do Programa Anual 2013, por outro.

### 1.2 Distribution of all projects funded, 2011 through 2013 (3 years 2011, 2012 and 2013 together)

#### *By Type of Final Beneficiary*

Total number of EIF funded projects 2011 through 2013 →	PA 2011	PA 2012	PA 2013	TOTAL
<b>Of which Number of Projects where final beneficiary is ...</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>117</b>	<b>136</b>
National, non-governmental organisation (= any status, except those listed below)	0	0	73	73
State/Federal public authority	10*	9*	0	19
Regional public authority	0	0	2	2
Local public authority	0	0	29	29
Education/Research organisation	0	0	8	8
Social partners (employers or employees)	0	0	0	0
Private and public law company	0	0	2	2
International public organisation	0	0	0	0
Other international organisation	0	0	0	0

\* Em ambos os PA 2011 e 2012 as entidades envolvidas na sua execução foram o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o ACIDI/Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

National evaluation report on the results and impacts of actions co-financed by the EIF in the period 2011 to 2013

### 1.3 Distribution of all projects funded, 2011 through 2013 (3 years 2011, 2012 and 2013 together)

#### *By Priority*

Total number of EIF funded projects, 2011 through 2013 →	PA 2011	PA 2012	PA 2013	TOTAL
<b>Of which Number of Projects belonging to Priority ...</b>	<b>10*</b>	<b>9**</b>	<b>117***</b>	<b>136</b>
Priority 1 : Implementation of actions designed to put the 'Common Basic Principles for immigrant policy in the European Union' into practice	8	7	73	88
Priority 2 : Development of indicators and evaluation methodologies to assess progress, adjust policies and measures and to facilitate co-ordination of comparative learning	1	1	7	9
Priority 3 : Policy capacity building, co-ordination and intercultural competence building in the Member States across the different levels and departments of government	1	1	37	39
Priority 4 : Exchange of experience, good practice and information on integration between the Member States	0	0	0	0

\* Para o PA 2011 foram aprovados 10 projetos, dos quais: i) 8 na prioridade 1 (ação 1); ii) 1 na prioridade 2 (ação 2); iii) 1 prioridade 3 (ação 3).

\*\* Para o PA 2012 foram aprovados 9 projetos, dos quais: i) 7 na prioridade 1 (ação 1); ii) 1 na prioridade 2 (ação 2); iii) 1 prioridade 3 (ação 3).

\*\*\* Para o PA 2013 foram aprovados 117 projetos, dos quais: i) 73 na prioridade 1 (ação 1 – 67 – e ação 2 – 6); ii) 7 na prioridade 2 (ação 3); iii) 37 prioridade 3 (ação 4 – 19 – e ação 5 – 18).

### 1.4 Distribution of all projects funded, 2011 through 2013 (3 years 2011, 2012 and 2013 together)

#### *By Specific Priority*

Total number of EIF funded projects, 2011 through 2013 →	TOTAL
<b>Of which Number of projects implementing...</b>	<b>136</b>
Specific Priority 1	...
Specific Priority 2	...
Specific Priority 3	...
Specific Priority 4	...
Specific Priority 5	...
Projects implementing several Specific Priorities	...
Projects not implementing any Specific Priority	...

**NOTA:** De acordo com os PA 2011, 2012 e 2013 não foram identificadas quaisquer prioridades específicas.

## 1.5 Share of the overall EU contribution to the Annual Programme granted in the “executing body” method, from 2011 to 2013

- PA 2011: 0% da contribuição da UE para o Programa Anual (excluindo a contribuição da UE para a Assistência Técnica) foi atribuída a projetos executados segundo o método *executing body*;
- PA 2012: 0% da contribuição da UE para o Programa Anual (excluindo a contribuição da UE para a Assistência Técnica) foi atribuída a projetos executados segundo o método *executing body*;
- PA 2013: 0% da contribuição da UE para o Programa Anual (excluindo a contribuição da UE para a Assistência Técnica) foi atribuída a projetos executados segundo o método *executing body*.
- PA 2011 to 2013: 0% da contribuição da UE para os Programas Anuais (excluindo a contribuição da UE para a Assistência Técnica) foi atribuída a projetos executados segundo o método *executing body*.

## 1.6 Overall budget implementation

Annual Programme	Total EIF contribution available to the annual programme as set in the Commission Decision approving the annual programme Amount in Euro (1)	Total EIF contribution committed by the Responsible Authority as of 30 June 2015 for the programme as a whole, including all projects AND technical assistance Amount in Euro (2)	EIF Budget Implementation Rate = (EIF Committed/ EIF Available) Percentage (3) = (2) / (1)
Annual Programme 2011	2 783 572,89	1 756 303,53	0,63
Annual Programme 2012	3 797 491,00	3 129 761,12	0,82
Annual Programme 2013	3 661 002,00	3 067 695,43	0,84
<b>TOTAL 2011-2013</b>	10 242 065,89	7 953 760,08	0,78

### NOTA EXPLICATIVA:

Na segunda coluna da tabela 1.6 foi considerado o Fundo Programado, incluindo Assistência Técnica. Os documentos fonte de informação são: PA 2011 revisto – Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, de 28.06.2011; PA 2012 – Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, de 10.12.2012; PA 2013 – Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, de 06.12.2013.

Na terceira coluna da tabela 1.6 foi considerado o Fundo Executado, incluindo Assistência Técnica. Os documentos fonte de informação são: Relatório Final 2011; Relatório Final 2012; informação remetida pelo ACM, IP (Autoridade Delegada para o PA 2013).

## 2. SUMMARY DESCRIPTION OF THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL EIF ANNUAL PROGRAMMES FROM 2011 TO 2013

### ***IF YOU HAD RECOURSE TO AN EVALUATION EXPERTISE FOR THIS PART OF THE REPORT:***

#### **- External evaluation expertise**

A avaliação do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (considerando em concreto o período 2011-2013) está prevista na Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007, nomeadamente no Artigo 15 “Assistência técnica por iniciativa dos Estados-Membros”. Observando esta tarefa em particular, bem como as recomendações recentes da Comissão Europeia e as boas práticas na área da avaliação de políticas e programas, a Autoridade Responsável pelo FER III em Portugal – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna – decidiu contratar uma organização externa para desenvolver o estudo de avaliação em apreço.

Neste quadro, foi contratada uma empresa privada (Logframe – Consultoria e Formação, Lda.) com o objetivo de obter informação e gerar conhecimento pertinente, sobre vários critérios de avaliação, dos quais se destacam o critério da relevância das ações e das operações apoiadas pelo FEINPT em cada um dos Programas Anuais.

A metodologia de avaliação aplicada para obter informação sobre os diversos aspetos do critério relevância esteve alicerçada numa perspetiva de triangulação de fontes e métodos de recolha e análise de informação, com particular destaque para as fontes documentais. A lista de documentos consultados é anexada ao presente relatório, tendo os mesmos sido alvo de uma análise de conteúdo maturada, com recurso sempre que necessário a *software* informático específico (MaxQDA).

A informação obtida a partir desta matriz de análise, foi coadjuvada com dados quantitativos disponibilizados pela Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna – bem como pela Autoridade Delegada do FEINPT para o PA 2013 (ACM, IP).

### **2.1 Summary description of the projects funded under Priority 1 in the annual programmes, 2011 through 2013, and of any significant change to the content of the projects funded over the period 2011-2013 compared to the period 2007-2010**

Durante o período 2011-2013, o Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) financiou 88 projetos em Portugal (8 no PA 2011, 7 no PA 2012 e 73 no PA 2013), todos enquadrados no método *awarding body*. Considerando que a contagem de projetos varia entre os Programas Anuais, decorrente do facto de o principal beneficiário dos PA 2011 e 2013 ter sido designado Autoridade Delegada para o PA 2013, a análise deverá ser desagregada da seguinte forma:

- PA 2011: Projetos “Acolhimento e Integração de Imigrantes – III” (2011/FI/A1/01), “Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP)” (2011/FI/A1/03); “Emprego e Empreendedorismo Imigrante” (2011/FI/A1/04); “Racismo e discriminação - combater e apoiar as suas vítimas” (2011/FI/A1/05); “ENGAGE - Projeto Mentores” (2011/FI/A1/06); “Racismo e discriminação - combater e apoiar as suas vítimas - Fase II” (2011/FI/A1/07); “Reforço da rede nacional de apoio ao imigrante em vários suportes - Televisão e Radio” (2011/FI/A1/08); “Projeto de

Promoção da Interculturalidade a Nível Municipal - III Edição (Fase I: 2012-2013)” (2011/FI/A1/09).

Todos os 8 projetos (7 implementados pelo ACIDI/ACM, IP e 1 pelo SEF) foram aprovados no quadro da Ação 1 “Reforço e melhoria do acolhimento e integração de imigrantes” com € 2 132 696,90 de Fundo aprovado e € 1 588 885,59 de Fundo executado (74,50%).

- PA 2012: Projetos “Serviços Inovadores no Acolhimento a Cidadãos Estrangeiros - SAI-CE” (2012/FI/A1/01); “ENGAGE - Projeto Mentores” (2012/FI/A1/05); “Emprego e Empreendedorismo Imigrante” (2012/FI/A1/06); “Projetos de Promoção da Interculturalidade a nível Municipal III Edição” (2012/FI/A1/07); “Reforço da Rede Nacional de Apoio ao Imigrante em Vários Suportes - Televisão e Rádio” (2012/FI/A1/08); “Educação para todos” (2012/FI/A1/09); “Mediação Interculturalidade em Serviços Públicos” (2012/FI/A1/10).

Os 7 projetos (6 implementados pelo ACIDI/ACM, IP e 1 pelo SEF) foram aprovados no quadro da Ação 1 “Reforço e melhoria do acolhimento e integração de imigrantes” com € 3 527 617,72 de Fundo aprovado (reprogramado) e € 2 971 973,19 de Fundo executado (84,25%).

- PA 2013: Foram aprovados 73 projetos, que não serão listados nesta resposta pelo volume de informação associada. Destes 73 projetos, 67 foram integrados na Ação 1 “Acolhimento, integração e valorização da interculturalidade” e 6 na Ação 2 “Equipas Municipais de Mediação Intercultural”. A Prioridade 1 do PA 2013 registou um total de Fundo aprovado de € 2 881 145,19 e € 2 523 628,15 de Fundo executado (87,59%).

Os projetos apresentaram, na sua maioria, objetivos similares, estando muito próximos das experiências passadas decorridas durante o período 2007-2010, na medida em que apostam na continuidade de iniciativas preferencialmente nas áreas da mediação intercultural (mediadores em serviços públicos), empreendedorismo e empregabilidade (gabinetes de inserção profissional e projeto empreendedorismo imigrante), mentoria, comunicação social (programa Nós e o programa Gente como Nós), combate ao racismo e discriminação e apoio às atividades da rede CLAII, contribuindo assim para uma atenção particular às ações que incidiam sobre as necessidades específicas dos NPT's ano nível nacional.

Durante o período 2011-2013 e no que se reporta à Prioridade 1 não existiram quaisquer projetos apoiados segundo o método *executing body*.

## **2.2 Summary description of the projects funded under Priority 2 in the annual programmes, 2011 through 2013, and of any significant change to the content of the projects funded over the period 2011-2013 compared to the period 2007-2010**

Durante o período 2011-2013, o Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) financiou 9 projetos em Portugal (1 no PA 2011, 1 no PA 2012 e 7 no PA 2013), todos enquadrados no método *awarding body*. Considerando que a contagem de projetos varia entre os Programas Anuais, decorrente do facto de o principal beneficiário dos PA 2011 e 2013 ter sido designado Autoridade Delegada para o PA 2013, a análise deverá ser desagregada da seguinte forma:

- PA 2011: Projeto “II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013) - Fase II” (2011/FI/A2/01), com € 32 497,74 de Fundo aprovado e € 29 068,33 de Fundo executado (89,45%).

O projeto foi implementado pelo ACIDI, IP no quadro da Ação 2 “Apoio a iniciativas de acompanhamento e avaliação das políticas e atividades em matéria de imigrantes”.

- PA 2012: Projeto “II PII (2010-2013) - Fase II” (2012/FI/A2/03), com € 47 325,33 de Fundo aprovado e € 46 416,76 de Fundo executado (98,08%).

O projeto foi implementado pelo ACM, IP no quadro da Ação 2 “Apoio a iniciativas de acompanhamento e avaliação das políticas e atividades em matéria de imigrantes”.

- PA 2013: Foram aprovados 7 projetos no âmbito da Ação 3 do Programa Anual designada por “Estudos sobre imigração e integração de nacionais de países terceiros”, com € 255 809,12 de Fundo aprovado e € 227 471,05 de Fundo executado (88,92%).

No período em análise os projetos dos PA 2011 e 2012 apresentaram o mesmo objetivo, essencialmente focado no acompanhamento da execução do II Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013) dirigido, em especial, à conclusão da implementação das medidas em curso e dinamização de medidas não executadas. No PA 2013 o objetivo esteve sobretudo ancorado na realização de estudos na área da demografia e do emprego, entre outras.

Quando comparados com o período 2007-2010 (alerta-se para o facto de a Prioridade 2 não ter tido qualquer projeto aprovado em 2010), existe uma clara diferença entre os objetivos dos projetos, pois no período transato foram essencialmente apoiados estudos de avaliação (PA 2008 “Avaliação dos centros nacionais e locais de apoio ao imigrante, da linha SOS imigrante e do serviço de tradução telefónica e rede UNIVA” e “Estudo de avaliação externa da rede de centros locais de apoio à integração de imigrantes – CLAIIP”; PA 2009 “Estudo de Avaliação Externa da Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes – CLAIIP”), com a exceção feita ao projeto “II Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)”.

Durante o período 2011-2013 e no que se reporta à Prioridade 2 não existiram quaisquer projetos apoiados segundo o método *executing body*.

### **2.3 Summary description of the projects funded under Priority 3 in the annual programmes, 2011 through 2013, and of any significant change to the content of the projects funded over the period 2011-2013 compared to the period 2007-2010**

Durante o período 2011-2013, o Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) financiou 39 projetos em Portugal (1 no PA 2011, 1 no PA 2012 e 37 no PA 2013), todos enquadrados no método *awarding body*.

- PA 2011: Projeto “Criação de instrumentos privilegiados para troca de informação, experiências e boas práticas em matéria de imigração - vários suportes” (2011/FI/A3/02), com € 49 130,25 de Fundo aprovado e € 39 646,28 de Fundo executado (80,70%).

O projeto foi implementado pelo ACIDI, IP no quadro da Ação 3 “Apoio a iniciativas de modernização e reforço operacional dos equipamentos, das estruturas e dos serviços que atuam na área da integração de imigrantes”.

- PA 2012: Projeto “Criação de instrumentos privilegiados para troca de informação em matéria de imigração, experiências e boas práticas em vários suportes” (2012/F1/A3/01), com € 69 200,42 de Fundo aprovado e € 62 839,26 de Fundo executado (90,81%).

O projeto foi implementado pelo ACM, IP no quadro da Ação 3 “Apoio a iniciativas de modernização e reforço operacional dos equipamentos, das estruturas e dos serviços que atuam na área da integração de imigrantes”.

- PA 2013: Foram aprovados 19 projetos na Ação 4 do Programa Anual designada por “Planos Municipais para a Integração de Imigrantes” e 18 projetos na Ação 5 “Capacitação dos serviços de apoio, acolhimento e integração dos imigrantes”. O total de Fundo aprovado foi de € 358 548,41 e de Fundo executado de € 316 596,23 (88,30%).

Da análise dos projetos envolvidos na Prioridade 3, conclui-se por uma diferença relevante entre os objetivos dos projetos cofinanciados pelos PA 2011 e 2012 e o PA 2013. No primeiro caso, e de acordo com o texto dos Relatórios Finais 2011 e 2012, foram privilegiadas ações de informação e de sensibilização multimeios (Produção dos Boletins Informativos; Manutenção e atualização de websites; Criação de portal conciliando a informação dos vários sites da ACIDI); No caso do PA 2013 verificou-se uma aposta no planeamento de base infranacional (Planos Municipais) e na capacitação de agentes (organizações e profissionais).

Quando comparado com o período 2007-2010, regista-se uma similitude de objetivos entre os Programas Anuais desse mesmo período e os PA 2011 e 2012, com algumas execuções que residiram na realização de estudos de diagnóstico (1 nacional e 22 locais). Os Planos Municipais para a Integração de Imigrantes constituíram a “grande” inovação da Prioridade 3 no período 2011-2013.

Durante o período 2011-2013 e no que se reporta à Prioridade 3 não existiram quaisquer projetos apoiados segundo o método *executing body*.

#### **2.4 Summary description of the projects funded under Priority 4 in the annual programmes, 2011 through 2013, and of any significant change to the content of the projects funded over the period 2011-2013 compared to the period 2007-2010**

A Prioridade 4 “Intercâmbio de experiências, de boas práticas e de informações entre os Estados-Membros em matéria de integração” não foi acionada por Portugal, motivo pelo qual não existem quaisquer objetivos, ações e projetos apoiados pelo FEINPT no período 2011-2013.

Pelo exposto, o ponto 2.4 não se aplica a Portugal.

#### **2.5 Explain any significant change to the share of EIF funding allocated to projects implemented in the ‘executing body’ method over the period 2011-2013, compared to the period 2007-2010.**

Durante o período 2011-2013 não existiram quaisquer projetos aprovados segundo o método *executing body* in Portugal.

Pelo exposto, o ponto 2.5 não se aplica a Portugal.

## 2.6 Describe and explain any significant change to the distribution of projects by Priority and by Specific Priority, over the period 2011-2013, compared to the same distribution during the period 2007-2010

Da análise desenvolvida aos projetos aprovados nos dois períodos de execução em análise, ou seja, 2011-2013 e 2007-2010, conclui-se que a distribuição de projetos é relativamente semelhante entre os períodos tal como é possível aferir na tabela seguinte.

Os pesos relativos do número de projetos aprovados em qualquer um dos Programas Anuais permitem constatar que existe invariavelmente um maior peso da Prioridade 1, o qual varia entre 45,5% nos PA 2008 e PA 2009 e 80,0% no PA 2011. A Prioridade 3 surge de seguida com pesos a variar entre os 10,0% (PA 2011) e os 36,3% (PA 2008 e PA 2009). Por último surge a Prioridade 2 com menor peso (entre 0,0% no PA 2010 e 18,2% no PA 2008 e PA 2009) e menor número de projetos aprovados; aliás no PA 2010 esta Prioridade não teve qualquer execução.

### Projetos aprovados por Prioridade 2007-2013

Prioridade	PA 2007		PA 2008		PA 2009		PA 2010		PA 2011		PA 2012		PA 2013	
	Nº	%												
1	7	58,3	5	45,5	5	45,5	5	71,4	8	80,0	7	77,8	73	62,4
2	2	16,7	2	18,2	2	18,2	0	0,0	1	10,0	1	11,1	7	6,14
3	3	25,0	4	36,3	4	36,3	2	28,6	1	10,0	1	11,1	37	31,6
TOTAL	12	100,0	11	100,0	11	100,0	7	100,0	10	100,0	9	100,0	117	100,0

FONTE: Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna.

## 2.7 Additional information on the implementation of the annual programmes over the period covered by the annual programmes from 2011 to 2013

A execução do Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) no período 2011-2013 em Portugal registou uma alteração de fundo que teve lugar entre o PA 2012 e o PA 2013 e que se traduziu na designação de uma Autoridade Delegada pela primeira vez no período em análise.

De facto, e de acordo com o texto do Programa Anual 2013, “A Autoridade Delegada (AD) é o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituto Público (ACIDI) de acordo com o disposto no artigo 6º da Portaria n.º 270/2013, de 20 de agosto, no âmbito do Programa Anual 2013. A AD é responsável pela organização do processo de seleção de candidaturas dos projetos e atribuição dos respectivos cofinanciamentos pelo Fundo, no respeito pelos princípios da transparência, da igualdade de tratamento e da não duplicação de apoios”.

Neste contexto, a Autoridade Responsável procedeu a uma revisão do Sistema de Gestão e Controlo (SGC), que foi dado a conhecer à Comissão Europeia, entidade que se pronunciou positivamente sobre a nova versão do SGC. Assim, o SGC do FEINPT assume a seguinte estrutura:

- Autoridade Responsável (AR) – A AR é a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) que, nos termos do Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 161-A/2013, de 2 de dezembro, sucede nas suas atribuições à Direção-Geral da Administração Interna (DGAI) e à Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos (DGIE). À SGMAI, atualmente regulada pelo Decreto-Lei n.º 161-A/2013, de 2 de dezembro, compete, na dependência

do Ministro da Administração Interna, assegurar a programação e a gestão técnica, administrativa e financeira dos quatro fundos que integram o Programa Quadro “Solidariedade e Gestão de Fluxos Migratórios” (SOLID). A AR integra ainda uma Comissão Mista (CM), de caráter consultivo, que assegura o acompanhamento da programação dos fundos e dos projetos.

- Autoridade de Certificação (AC) – A AC é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. que foi criada pelo Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18/10/2013, e nos termos do preceituado no artigo 18.º, sucedeu nas atribuições do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (IFDR); do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (IGFSE) e da Estrutura de Missão do Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (Observatório do QREN). O exercício de funções de certificação constitui atribuição da Agência, I.P., encontrando-se aquelas definidas na respetiva Lei Orgânica
- Autoridade de Auditoria (AA) – A AA é a Inspeção-Geral de Finanças (IGF). Nos termos da respetiva Lei Orgânica – Decreto-Lei n.º 96/2012, de 23 de abril – esta entidade é um serviço central da administração direta, dotado de autonomia administrativa, que tem por missão assegurar o controlo estratégico da administração financeira do Estado, compreendendo o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação de serviços e organismos, atividades e programas.
- Autoridade Delegada (AD) – A AD é o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP (ACIDI), que deu lugar mais recentemente ao Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM, criado pelo Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro). Compete à AD: i) consultar as autoridades e os organismos envolvidos na execução do Programa Anual ou capazes de dar uma contribuição útil para o seu desenvolvimento; ii) organizar e publicar, após validação pela AR, os concursos à apresentação de propostas; iii) selecionar os projetos para cofinanciamento apresentados em sede de candidatura ao abrigo do FEINPT; iv) apresentar à AR proposta de hierarquização das candidaturas de acordo com a valoração obtida; v) assegurar a coerência e a complementaridade entre os cofinanciamentos do Fundo e os previstos no âmbito de outros instrumentos financeiros nacionais e comunitários pertinentes; vi) verificar o fornecimento de produtos e serviços cofinanciados e assegurar que as despesas declaradas para as ações foram realmente efetuadas; vii) assegurar a existência, em suporte informático do registo e contabilidade de cada ação abrangida pelos programas anuais e que seja efetuada a recolha de dados sobre a execução para efeitos da gestão financeira, do acompanhamento, do controlo e da avaliação; viii) garantir que os beneficiários finais e outros organismos envolvidos na execução das ações cofinanciadas pelos Fundos mantenham um sistema de contabilidade adequado; ix) apresentar à AR, quando solicitada, a informação necessária e ao seu dispor, para assegurar que as avaliações dos fundos sejam realizadas atempadamente e de forma coerente com os fins propostos; x) estabelecer procedimentos para garantir que todos os documentos relativos a despesas e auditorias sejam conservados durante um período de cinco anos; xi) Assegurar que a AA receba todas as informações solicitadas e necessárias sobre os procedimentos de gestão aplicados e sobre os projetos cofinanciados pelos fundos; xii) garantir que a AC receba todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas para efeitos de certificação; xiii) realizar atividades de informação e de aconselhamento junto dos beneficiários e, quando necessário, em parceria com a AR; xiv) divulgar os resultados das ações financiadas através dos meios que considerar mais adequados, atestando a visibilidade do financiamento concedido aos beneficiários finais.

## **2.8 Description of four “success stories”, among all the projects funded in the annual programmes over the period from 2011 to 2013**

A resposta ao presente repto tem, desde logo, em consideração o facto de Portugal não ter acionado a Prioridade 4 do FEINPT, pelo que não tem qualquer projeto aprovado na área do “Intercâmbio de experiências, de boas práticas e de informações entre os Estados-Membros em matéria de integração”. Assim, é opção da equipa de avaliação e da Autoridade Responsável eleger boas práticas associadas às Prioridade 1, Prioridade 2 e Prioridade 3 do Fundo.

Após serem analisados os Relatórios Finais 2011 e 2012, bem como auscultada a Autoridade Responsável e a Autoridade Delegada relativamente aos projetos aprovados no âmbito do PA 2013, foi possível chegar à seguinte lista de boas práticas, cuja descrição detalhada se encontra nas Caixas seguintes.

- Prioridade 1 / Ação 1 – Projeto “Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP)” (2011/FI/A1/03) e Projeto “Emprego e Empreendedorismo Imigrante” (2012/FI/A1/06).
- Prioridade 2 / Ação 2 – Projeto “II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013) – Fase II” (2011/FI/A2/01).
- Prioridade 3 / Ação 3 – Projeto “Criação de instrumentos privilegiados para troca de informação, experiências e boas práticas em matéria de imigração - vários suportes” (2011/FI/A3/02).

## Caixa 1

Prioridade 1 / Ação 1 – Projeto

“Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP)” (2011/FI/A1/03)

**Programa Anual:** 2011

**Beneficiário:** Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

**Data de início:** 02/01/2012

**Data de fim:** 30/06/2013

**Taxa de cofinanciamento:** 75%

**Fundo programado (ação 1):** € 2 214 908,63

**Fundo aprovado (projeto):** € 437 723,09

**Fundo executado (projeto):** € 410 762,21

**Taxa de realização:** 93,84%

**Objetivos:** O MISP tem como objetivo a colocação de agentes de mediação intercultural em serviços públicos, afirmando o princípio da interculturalidade enquanto pilar de coesão social, bem como a necessidade de integração da gestão da diversidade cultural nos serviços da administração pública como um todo. Em traços gerais, através das equipas municipais de mediação intercultural, o MISP visa: i) transformar zonas de conflito em oportunidades de relação positiva; ii) produzir mudança nos processos de acolhimento e integração mediante uma interação tripartida na qual o AMI tem o papel de facilitador, promotor do diálogo e comunicação, aproximando os serviços das reais necessidades dos cidadãos imigrantes.

**Grupo alvo/protagonistas do projeto:** Cidadãos, com enfoque nos imigrantes; Estruturas formais e informais da sociedade civil; Entidades parceiras (Câmaras Municipais, Associações e Conselhos Locais de acompanhamento do projeto); Equipa central do projeto; Recursos técnicos locais (agentes de mediação das equipas municipais).

### Eixos de intervenção/Atividades:

O MISP encontra-se estruturado em 3 eixos de intervenção:

- 1) Apoio a profissionais e instituições – apoiar os profissionais e as instituições potenciando os canais de comunicação e entendimento entre profissionais e cidadãos (respostas, verbais ou escritas; necessidades de orientação sobre atuação em cada caso; tradução e interpretações entre cidadãos com bagagens culturais distintas).
- 2) Participação social e cidadã – favorecer, potenciar e incrementar a presença e participação da população imigrante na vida social e pública das zonas onde reside desenvolvendo-se, para tal, linhas de atuação de caráter individual para o coletivo.
- 3) Convivência intercultural – promover a cooperação entre os protagonistas comprometidos com o território local, gerando uma rede de relações de proximidade entre populações diferenciadas culturalmente, orientadas para a criação e o fortalecimento das conexões positivas e gerindo conflitos com a finalidade de promover a coesão social na comunidade e no conjunto da sociedade.

Estes três eixos integram a linha de ação global do projeto o qual apresenta, ainda, mais duas linhas de intervenção:

- 4) Específica, nas áreas da Saúde, Educação e Fortalecimento Comunitário, áreas estas previamente identificadas como prioritárias pelas quatro equipas no diagnóstico inicial que fizeram nos respetivos territórios de intervenção.
- 5) Transversal, ao nível da prevenção e gestão de tensões, mal entendidos e conflitos.

### Resultados efetivos e esperados:

- Quatro equipas municipais de mediação intercultural na Amadora, em Cascais, Loures e Setúbal.
- Perfil do agente de mediação intercultural em serviços públicos definidos, consubstanciado num referencial de formação em mediação intercultural.

### Parceiros:

Quatro Câmaras Municipais e oito associações de imigrantes, dos distritos de Lisboa (7) e Setúbal (1).

## Caixa 2

Prioridade 2 / Ação 2 – Projeto

“Projeto “II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013) – Fase II”  
(2011/FI/A2/01)

**Programa Anual:** 2011

**Beneficiário:** Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

**Data de início:** 02/07/2011

**Data de fim:** 31/12/2012

**Taxa de cofinanciamento:** 75%

**Fundo programado (ação 2):** € 105 000,00

**Fundo aprovado (projeto):** € 32 497,74

**Fundo executado (projeto):** € 29 068,33

**Taxa de realização:** 89,45%

**Objetivos:** O II PII apresenta os seguintes objetivos:

i) Reforçar a mobilização nacional para o pleno acolhimento e integração dos imigrantes, através da promoção do/a:

- Respeito pelos direitos dos imigrantes
- Coesão social e igualdade de oportunidades
- Diálogo intercultural e inter-religioso

ii) Constituir-se como um programa de referência para o Estado, com participação e corresponsabilidade dos imigrantes nas políticas de imigração;

iii) Garantir uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis, utilizando-os nas prioridades definidas.

**Grupo alvo:** Sociedade em geral, com destaque para a população imigrante.

### **Eixos de intervenção/Atividades:**

Sublinha-se que a construção do Plano beneficiou da existência de um plano prévio, tendo como atividades:

- 1) diagnóstico de necessidades junto dos diversos Gabinetes que integram os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) e o ACIDI, I.P.
- 2) dois momentos de consulta pública durante os quais foram solicitados contributos a enviar de forma livre, para um endereço eletrónico criado especificamente para o Plano ([pii2@acidi.gov.pt](mailto:pii2@acidi.gov.pt)).
- 3) proposta de Anteprojeto do II PII, com base na informação atrás referida, acrescida dos resultados da avaliação do I PII, dos contributos dos Pontos Focais da Rede de Acompanhamento do PII e das recomendações dos estudos realizados no âmbito do Observatório da Imigração.
- 4) discussão do Anteprojeto em reunião de Secretários de Estado após a qual foram enviados novos contributos, traduzindo o compromisso dos diversos Ministérios em termos das medidas em que consideravam importante a sua presença e as respetivas metas.
- 5) segundo período de consulta pública com a apresentação do texto do Anteprojeto para discussão.
- 6) discussão do Anteprojeto em reunião de Conselheiros do COCAI e a Rede de Acompanhamento do PII que contou com a presença do Ministro da Presidência.
- 7) Aprovação do II PII em reunião de Conselho de Ministros e publicação em Diário da República (1.ª série, n.º 182), no dia 17 de setembro de 2010. Este texto foi vertido para uma brochura informativa, produzida em Português (cerca de 6 000 exemplares) e em Inglês (cerca de 1 000 exemplares), que se afigura como um veículo privilegiado de divulgação e sensibilização para o Plano.

### **Resultados efetivos e esperados:**

O II Plano para a Integração dos Imigrantes (II PII), para implementação em quatro anos (2010-2013), apresenta 90 medidas, distribuídas ao longo de 17 áreas de intervenção, com um total de 408 metas para executar até ao final da sua vigência.

### **Parceiros:**

A implementação do PII foi coordenada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e assegurada por uma Rede de Pontos Focais de Acompanhamento do Plano. Criada a Rede no I Plano, esta manteve-se no II Plano, apenas com algumas alterações pontuais.

### Caixa 3

#### Prioridade 3 / Ação 3 – Projeto

“Criação de instrumentos privilegiados para troca de informação, experiências e boas práticas em matéria de imigração - vários suportes” (2011/FI/A3/02)

**Programa Anual:** 2011

**Beneficiário:** Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

**Data de início:** 01/06/2012

**Data de fim:** 30/06/2013

**Taxa de cofinanciamento:** 75%

**Fundo programado (ação 3):** € 355 660,91

**Fundo aprovado (projeto):** € 49 130,25

**Fundo executado (projeto):** € 39 646,28

**Taxa de realização:** 80,70%

**Objetivos:** O projeto visava a melhoria generalizada do acesso de nacionais de países terceiros a serviços públicos e privados na sociedade de acolhimento, a progressiva adaptação destes serviços e dos seus técnicos às necessidades dos seus clientes – mediante um exercício da sua atividade mais e melhor informado, bem como uma cada vez maior aceitação da migração na sociedade, utilizando, para isso, - como instrumentos privilegiados - meios de comunicação direta e/ou de larga escala.

**Grupo alvo:** População imigrante em geral

#### Atividades:

- Produção e distribuição de 2 números da revista B-i - Boletim Informativo (no segundo semestre de 2012), enfatizando o seu cariz temático, designadamente, em áreas “candentes” e até polémicas relacionadas com a imigração e o diálogo intercultural em Portugal.
- Produção de uma *newsletter* temática, enquanto espaço divulgação/tratamento de um determinado assunto/tema. Dessa forma, e inovando o modelo anterior, através de um suporte digital, com um potencial de disseminação mais amplo, pretendeu manter-se uma abordagem temática sustentada por um grande tema, tratado por via de artigos de enquadramento, entrevistas, artigos de opinião, sugestões de publicações etc..
- Manutenção e dinamização do portal do ACIDI, I.P. ([www.acidi.gov.pt](http://www.acidi.gov.pt)), enquanto referência ao nível dos assuntos relacionados com a integração das comunidades imigrantes e a promoção do diálogo intercultural, incluindo os *sites* temáticos ([www.entreculturas.pt](http://www.entreculturas.pt); [www.entrekulturas.pt](http://www.entrekulturas.pt); [www.oi.acidi.gov.pt](http://www.oi.acidi.gov.pt); [www.cicdr.pt](http://www.cicdr.pt)), bem como maior aposta na informação e marketing digital.
- Produção, gravação, reprodução e embalamento de 1 000 DVD para a Rede CLAH – “Uma rede local para uma integração de proximidade”, para divulgar o trabalho desenvolvido em prol da comunidade imigrante e apresentação dos seus gabinetes, projetos e atividades junto dos parceiros, autarquias e demais públicos estratégicos.

#### Resultados efetivos e esperados:

2 revistas editadas

12 000 exemplares impressos

4 *newsletters* temáticas

46 *newsletters* semanais

23 compilações estatísticas

264 684 consultas aos *websites*

#### Parceiros:

Não aplicável

## Caixa 4

Prioridade 1 / Ação 1 – Projeto

“Emprego e Empreendedorismo Imigrante” (2012/FI/A1/06)

**Programa Anual:** 2012

**Beneficiário:** Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

**Data de início:** 01/05/2013

**Data de fim:** 30/06/2014

**Taxa de cofinanciamento:** 95%

**Fundo programado (ação 1):** € 3 527 617,72 (reprogramado)

**Fundo aprovado (projeto):** € 165 665,74

**Fundo executado (projeto):** € 133 379,01

**Taxa de realização:** 80,51%

**Objetivos:** O projeto visava contribuir para superar as desvantagens específicas ao nível da inserção do mercado de trabalho dos imigrantes, potenciando o caráter empreendedor e pró-ativo que pauta as atitudes gerais que norteiam os fluxos migratórios, pelo menos os motivados por fatores económicos e políticos.

**Grupo alvo:** Nacionais de países terceiros

### Atividades:

- Rede GIP Imigrante (Rede de Gabinetes de Inserção Profissional) – RGI
  - Sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional, de reconhecimento, validação e certificação de competências e de empreendedorismo.
  - Sessões de apoio à procura de emprego.
  - Receção e registo de ofertas de emprego.
  - Apresentação de desempregados a ofertas de emprego.
  - Colocação de desempregados em ofertas de emprego.
  - Integração em ações de formação em entidades externas ao IEFP.
  - Controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego.
- Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI)
  - Curso “Apoio à Criação de Negócios”.
  - Atividades de orientação e acompanhamento ao empreendedor (em momento posterior ao curso).

### Resultados efetivos e esperados:

401 colocações em emprego (300 previstas)

380 colocações em formação (300 previstas)

16 cursos “Apoio à Criação de Negócios” (16 previstos)

20 negócios criados (20 previstos)

### Parceiros:

IEFP, I.P., SEIVA – Associação ao Serviço da Vida, ASI – Associação de Solidariedade Internacional, Centro Social Paroquial da Vera Cruz, Casa Lusófona, JRS Portugal, Centro Padre Alves Correia, Casa do Brasil de Lisboa, Associação Guineense e de Solidariedade Social, Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania, ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, Associação Jardins Escola São João de Deus, Associação Unidos de Cabo Verde, Associação Luso Caboverdiana de Sintra, Associação A Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins, Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, AMRT – Associação de Melhoramentos e Recreativo de Talude, Associação dos Africanos de Vila Franca de Xira, Centro Cultural Moldavo, Associação Edinstvo, Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Cooperativa de Solidariedade Social de Manteigada, Solidariedade Imigrante de Beja, Centro de Apoio à População Emigrante de Leste e Amigos (CAPELA), Cáritas Diocesana da Guarda, Município de Torres Vedras, Município de Lourinhã, ACMJ – Associação Cultural Moinho da Juventude, AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde, PROSAUDESC – Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Socio Cultural, Centro Comunitário Pia II (Santa Casa da Misericórdia de Almada), RUMO Cooperativa de Solidariedade Social, Município do Seixal, Fundação Santa Rafaela Maria.

## **2.9 Description of one ‘failure’, among all the projects funded in the annual programmes over the period from 2011 to 2013**

A Autoridade Responsável e a equipa de avaliação consideram, em conjunto, que durante o período em análise, ou seja, 2011-2013, não existiram projetos que possam representar, no cômputo geral da sua implementação, uma prática menos bem conseguida.

**END OF PART A**

**NATIONAL EVALUATION REPORT ON THE RESULTS AND IMPACTS OF ACTIONS  
CO-FINANCED BY THE EUROPEAN FUND FOR THE INTEGRATION OF THIRD-  
COUNTRY NATIONALS  
CONCERNING THE PERIOD 2011 TO 2013**

(Report set out in Article 48 (2)(b) of Decision 2007/435/EC)

**PART B**

3. THE PROGRAMMES' DIRECT RESULTS - OUTPUTS, PLANNED AND ACHIEVED
4. EFFECTS AND IMPACTS OF THE PROGRAMMES
5. IMPLEMENTATION OF THE MULTIANNUAL STRATEGY

**Report submitted by the Responsible Authority of:** Portugal

Direção de Serviços de Gestão de Fundos Comunitários - Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna para a Gestão do Programa Quadro Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios

**Date:** 05 de novembro de 2015

**Name, Signature (authorised representative of the Responsible Authority):**

  
RICARDO CARRILHO  
Gestor do Programa

## General information to be provided by the Responsible Authority on evaluation expertise and on methodology:

### - External evaluation expertise

A avaliação do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (considerando em concreto o período 2011-2013) está prevista na Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007, nomeadamente no Artigo 15 “Assistência técnica por iniciativa dos Estados-Membros”. Observando esta tarefa em partícula, bem como as recomendações recentes da Comissão Europeia e as boas práticas na área da avaliação de políticas e programas, a Autoridade Responsável pelo FEINPT em Portugal decidiu contratar uma entidade externa para desenvolver o estudo de avaliação em apreço.

Neste quadro, foi contratada uma empresa privada (Logframe – Consultoria e Formação, Lda) com o claro objetivo de obter informação e gerar conhecimento relevante, através de um processo de participação e aprendizagem organizacional, sobre a concretização dos objetivos do FER III 2011-2013 e dos Programas Anuais 2011, 2012 e 2013. Deste propósito mais lato, resultam dois objetivos específicos do processo avaliativo:

- Contribuir, enquanto instrumento de apoio, para a orientação política e estratégica do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI 2014-20) e dos futuros Programas Anuais;
- Contribuir para uma gestão mais informada, efetiva e eficiente da aplicação dos Fundos Comunitários em geral, e do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (agora integrado no FAMI 2014-2020) em particular.

O exercício de avaliação decorreu entre os meses de julho e outubro de 2015 e procurou dar respostas robustas e credíveis a vários critérios de avaliação: relevância, eficácia, eficiência, adicionalidade e complementaridade, sustentabilidade, valor acrescentado e impactos.

Do ponto de vista metodológico, a equipa de avaliação adotou uma estratégia multi-método baseada na triangulação de informação oriunda das seguintes fontes:

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2008 Decisão da Comissão C(2008) 8159 final, Anexo; Programa Anual 2009 Decisão da Comissão C(2009) 5638 final, Anexo; Programa Anual 2010 Decisão da Comissão C(2010) 2670 final, Anexo; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Sistema de Gestão e Controlo do FEINPT; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012; Relatórios de Atividades do ACM, IP.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (Portugal) e Alto-Comissariado para as Migrações (ACM) (na qualidade de beneficiário e de Autoridade Delegada para o PA 2013).

O *stakeholder* foi entrevistado (ACM em 24.09.2015) mediante entrevista semiestruturada e foi interpelado no sentido de disponibilizar à equipa de avaliação informação quantitativa sobre a execução física e financeira dos projetos que promoveu. A Autoridade Responsável foi uma fonte de informação constante, disponibilizando documentos e informação quantitativa chave sobre a programação e a implementação dos Programas Anuais. Foi, igualmente, a entidade que facilitou o contacto com o promotor dos projetos financiados/Autoridade Delegada do FEINPT no período 2011-2013.

### **3. THE PROGRAMMES' DIRECT RESULTS: OUTPUTS, PLANNED AND ACHIEVED<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> **VER ANEXO I (Execução Física – Indicadores por Ação) e ANEXO II (Execução Financeira por Ação e Rubrica)**

National evaluation report on the results and impacts of actions co-financed by the EIF in the period 2011 to 2013

### 3.1 Admission procedures relevant to and supportive of the integration process of third-country nationals

Topics	PLANNED 2011-2013	ACHIEVED 2011-2013
Setting up, developing and improving admission procedures; Pre-departure measures targeted at third-country nationals, before they arrive in the receiving Member State	N° of operations: Não aplicável N° of third-country nationals targeted by pre-departure measures: Não aplicável	N° of operations: Não aplicável N° of third-country nationals targeted by pre-departure measures: Não aplicável

FONTE: ACM, IP. (informação relativa ao PA 2013).

### 3.2 Measures targeted at third-country nationals in the Member States (other than Member States' Capacity Building)

Topics	PLANNED 2011-2013	ACHIEVED 2011-2013
General and practical information, social and legal guidance and counselling	Nº of operations: Não aplicável Nº of third-country nationals: Não aplicável	Nº of operations: 127 Nº of third-country nationals: 16675
Civic orientation (culture, history, institutions of the receiving Member State, rights and obligations, etc.)	Nº of operations: Não aplicável Nº of third-country nationals: Não aplicável	Nº of operations: 42 Nº of third-country nationals: 2743
Improvement of language proficiency	Nº of operations: Não aplicável Nº of third-country nationals: Não aplicável	Nº of operations: 2 Nº of third-country nationals: 681
Other forms of education, preliminary actions to facilitate access to the labour market, participation in employment, economic life and self-sufficiency	Nº of operations: Não aplicável Nº of third-country nationals: Não aplicável	Nº of operations: 97 Nº of third-country nationals: 2679
Health care	Nº of operations: Não aplicável Nº of third-country nationals: Não aplicável	Nº of operations: 51 Nº of third-country nationals: 1974
Assistance in housing and means of subsistence	Nº of operations: Não aplicável Nº of third-country nationals: Não aplicável	Nº of operations: 60 Nº of third-country nationals: 1668
Actions to promote meaningful contact and dialogue with the receiving society, involvement of the media	Nº of operations: Não aplicável Nº of third-country nationals: Não aplicável	Nº of operations: 3 Nº of third-country nationals: 250
Actions targeted at vulnerable groups (children, women, young, elderly, illiterate, disabled etc.)	Nº of operations: Não aplicável Nº of third-country nationals: Não aplicável	Nº of operations: 3 Nº of third-country nationals: 50

FONTE: ACM, IP. (informação relativa ao PA 2013).

### 3.3 Capacity Building in Member States

Topics	PLANNED 2011-2013	ACHIEVED 2011-2013
Collection/analysis of data and information on the situation and needs of TCNs and on attitude of the receiving society	N° of operations: 4 (ONLY)	N° of operations: 7 (ONLY)
Developing indicators / methods for evaluating integration measures / policies ; Analysis and evaluation of integration measures and policies	N° of operations: 4 (ONLY)	N° of operations: 7 (ONLY)
Adaptation of public and private services through training, capacity-building, awareness raising etc.	N° of operations: 18 N° of staff involved: 374	N° of operations: 18 N° of staff involved: 1 995
Platforms for consultation of TCNs	N° of operations: 0 N° of TCNs involved: 0	N° of operations: 0 N° of TCNs involved: 0
Intercultural, inter-faith and religious dialogue	N° of operations: 0 N° of TCNs involved: 0	N° of operations: 0 N° of TCNs involved: 0
Exchange of information, best practices, cooperation, etc. <b>within</b> the Member State	N° of operations: 37 (ONLY)	N° of operations: 37 (ONLY)
Coordination of relevant national policies and setting up national policy frameworks for integration of TCNs	N° of operations: 4 (ONLY)	N° of operations: 7 (ONLY)
Exchange of information, best practices, cooperation, etc. <b>with other</b> Member States	N° of operations: 0 N° of Member States involved: 0	N° of operations: 0 N° of Member States involved: 0

FONTE: ACM, IP. (informação relativa ao PA 2013).

### **3.4 Estimates of the total number of persons reached directly by the projects implemented under the EIF programmes, 2011-2013 (3 years taken together)**

Please provide your best estimate of:

#### **3.4.1 - Total number of third-country nationals who have been reached directly by the projects implemented under the EIF programmes 2011-2013:**

28 291 persons [PA 2013, fonte ACM, IP]

#### **3.4.2 – Total number of third-country nationals belonging to specific target groups, reached directly by the projects implemented under the EIF programmes 2011-2013:**

*Specific target groups: as referred to under Specific Priority 2 of the EIF Strategic Guidelines (Commission Decision C(2007)3926 of 21.08.2007)*

0 persons

#### **3.4.3. Total number of unaccompanied minors, in the scope of EIF, reached directly by the projects implemented under the EIF programmes 2011-2013:**

0 unaccompanied minors

#### **3.4.4 – Briefly explain the methodology used to calculate the figures tabled under 1, 2 and 3:**

Os dados constantes do ponto 3.4.1 foram disponibilizados pelo ACM, IP (Autoridade Delegada do FEINPT para o Programa Operacional 2013).

## 4. EFFECTS AND IMPACTS OF THE PROGRAMMES 2011-2013

### 4.1 – EFFECTIVENESS OF THE PROGRAMMES

#### 4.1.1 - To what extent have planned results been achieved (see Part 3)?

##### Resposta:

A resposta à questão 4.1.1 tem por base, num primeiro momento, uma análise crítica das dinâmicas de operacionalização de cada Prioridade do FEINPT em Portugal para o período 2011-2013. Num segundo momento procede-se a uma análise global dos indicadores constantes do capítulo 3 do presente relatório.

Portugal, tal como já foi mencionado, acionou no quadro do programa Plurianual do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros 2007-2013 três Prioridades.

- No âmbito da **Prioridade 1** “Execução de ações destinada a pôr em prática os “Princípios Básicos Comuns para a política de integração dos imigrantes na União Europeia”” foram implementados 88 projetos (8 no PA 2011, 7 no PA 2012 e 73 no PA 2013). Da análise dos 53 resultados esperados, conclui-se que 42 foram atingidos ou superados, o que se traduz numa taxa global de execução física de 79,26%. Nesta prioridade surgiram algumas dificuldades ao nível, sobretudo, do programa de televisão, do Programa Educação para Todos e dos Projetos de Promoção da Interculturalidade a nível Municipal que não abrangeram o número de pessoas estimado inicialmente.
- Relativamente à **Prioridade 2** “Desenvolvimento de indicadores e metodologias de avaliação para aferir os progressos, ajustar as políticas e as medidas e facilitar a coordenação da aprendizagem comparativa” foram implementados 9 projetos (1 no PA 2011, 1 no PA 2012 e 7 no PA 2013). Da análise dos 3 resultados esperados, conclui-se que apenas 1 foi atingido ou superado, o que se traduz numa taxa global de execução física de 33,33%. Esta taxa fica a dever-se a uma execução do II PII inferior ao previsto pelo ACM em ambos os PA 2011 e 2012. Quanto aos resultados do PA 2013, que diziam respeito à realização de 4 estudos, foi possível concretizar 7, superando-se assim o previsto.
- Por último, e no que se prende com a **Prioridade 3** “Reforço das capacidades políticas e melhoria da coordenação e das competências nos Estados Membros a todos os níveis bem como nos serviços governamentais” foram implementados 39 projetos (1 no PA 2011, 1 no PA 2012 e 37 no PA 2013). Da análise dos 23 resultados esperados, 20 foram atingidos ou superados, o que se traduz numa taxa de execução física de 86,96%. De sublinhar, nesta matéria que no PA 2013 o trabalho desenvolvido ao nível dos Planos Municipais para a Integração de Imigrantes e as ações de capacitação superaram em toda a linha as perspetivas iniciais (taxa de execução física de 100,00%). As dificuldades prenderam-se, essencialmente, com a implementação da *newsletter*.

A análise da eficácia dos PA 2011-2013 ao nível das Prioridades tem naturalmente uma tradução direta na informação quantitativa constante das tabelas 3.2 e 3.3, respetivamente “*Measures targeted at third-country nationals in the Member States (other than Member States’ Capacity Building)*” e “*Capacity Building in Member States*”. No entanto, e no que se refere à tabela 3.2 não é possível à equipa de avaliação desenvolver qualquer tipo de análise sobre a eficácia, pois não existe informação quantitativa sobre a dimensão “planeado”, pelo que não existe termo de comparação face ao qual possam ser avaliadas as realizações dos projetos. Relativamente à tabela 3.3 é claro que as metas inicialmente previstas foram conseguidas ou superadas, o que está em linha com a reflexão produzida, nomeadamente para a Prioridade 3 do FEINPT em Portugal.

### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

### **4.1.2 – If, for certain topics, achievements have exceeded the planned outputs, what are the reasons?**

#### **Resposta:**

A resposta à presente questão de avaliação está ancorada na informação constante dos anexos 2, 3 e 4 ao presente relatório, referentes ao quadro lógico de cada um dos Programas Anuais 2011, 2012 e 2013, na medida em que a equipa de avaliação considera que uma leitura mais detalhada dos dados permite chegar a conclusões mais robustas e, nesse sentido mais próximas, do que foi, efetivamente a execução física (aquela que importa para a análise do critério eficácia) dos PA 2011, 2012 e 2013 do Fundo Europeu Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros.

Por conseguinte, e considerando a informação constante desses quadros verificam-se várias iniciativas de política pública que excederam os objetivos (metas) inicialmente previstos, das quais são exemplo:

- Os Planos Municipais para a Integração de Imigrantes: no PA 2013 foi criada a ação 4 que previa a realização e um projeto-piloto de planos para a integração e imigrante de nível infranacional, ou para ser mais concreto, de âmbito concelhio. Nesta matéria os objetivos foram claramente superados, o que se fica a dever, essencialmente, à capacidade de mobilização e concretização das equipas dos projetos (muitas das quais já rotinas em matéria de planeamento de âmbito municipal, não raras vezes enquadrado no Programa Rede Social). Também o facto de muitos dos profissionais envolvidos estarem associados a CLAI representou uma mais-valia, nomeadamente em termos de mobilização de imigrantes e de parceiros para as ações de diagnóstico e de planeamento. O diferencial registado entre metas previstas e metas atingidas poderá ainda estar associado ao processo de planeamento da ação 4 (projeto-piloto, e portanto algum desconhecimento sobre as possibilidades reais dos projetos), pois a discrepância entre os números é de facto muito significativa (eg., N.º de entidades que participaram na criação do plano: 120 esperadas *vs* 587 efetivas; N.º de cidadãos nacionais de países terceiros que participaram na criação do plano: 50 esperados *vs* 1 474 efetivos; N.º de medidas: 300 esperadas *vs* 790 efetivas).
- Parte dos motivos apresentados justificam certamente o desempenho muito acima do esperado da ação 6 “Capacitação dos serviços de apoio, acolhimento e integração dos imigrantes”. Nesta matéria constata-se que os projetos aprovados permitem abranger muito mais imigrantes do que o previsto, bem como realizar mais cursos, *workshops*, seminários e outras atividades de troca de experiências e validação de boas práticas.
- O facto de a ação 3 do PA 2013 ter registado mais 3 estudos que o inicialmente previsto, não esgotando ainda assim a verba programada para a ação, traduz o facto de a entidade contratante dos estudos ter conseguido um rácio custo benefício mais favorável que o esperado.

- A ação 1 do PA 2013 constitui outro exemplo de execução física muito acima das expectativas iniciais (com a exceção dos gabinetes de apoio geral), revelando um processo de planeamento pouco ambicioso, que poderá ter decorrido da situação de fortes estrangimentos orçamentais que o País vivia à data. De facto, esta parece ser uma das razões mais plausíveis para a forte discrepância (mais uma vez) entre os resultados esperados e os resultados atingidos, sendo que o número de pessoas abrangidas em cada uma das iniciativas aumentou significativamente:
  - N.º de Gabinetes de informação e apoio especializado: 8 esperados vs. 73 efetivos;
  - N.º de Ações de capacitação que visam satisfazer as necessidades específicas dos nacionais de países terceiros: 7 esperadas vs. 195 efetivas
  - N.º de materiais de informação produzidos: 12 esperados vs. 57 efetivos
  - N.º de materiais de sensibilização produzidos: 11 esperados vs. 18 efetivos
  - N.º Eventos de promoção da interculturalidade: 50 esperados vs. 354 efetivos

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

#### **4.1.3 - Conversely, if, for certain topics, the planned outputs have not been achieved, what are the reasons?**

#### **Resposta:**

A resposta à presente questão de avaliação segue a mesma linha de argumentação que a resposta anterior. Por conseguinte, e considerando a informação constante dos anexos 2, 3 e 4 ao presente relatório, comprovam-se algumas dificuldades de execução, nomeadamente nas áreas que se seguem:

- Acesso ao emprego: no PA 2011, os GIP Imigrantes não atingiram o número previsto de colocações em emprego (um dos indicadores principais da *performance* destes serviços). Tal facto decorre, entre outros fatores, da forte crise económica que o país vivia à data e que se traduziu na destruição de muitos de postos de trabalho em Portugal, limitando naturalmente as possibilidades de colocação em emprego das pessoas desempregadas. Esta limitação afetou a população de uma forma geral, sendo naturalmente os imigrantes um dos grupos afetados por esta realidade.
- Dificuldades de execução do II Plano para a Integração de Imigrantes (PA 2011 e 2012): verifica-se que o intuito de atingir um nível de execução de 90% se revelou algo ambicioso, não tendo sido possível atingir esse valor em qualquer um dos Programas Anuais. Tal facto deve-se, mais uma vez, a dificuldades de ordem financeira, quer do próprio Alto Comissariado para as Migrações, que foi alvo (à semelhança de toda a administração pública portuguesa) de fortes

constrangimentos financeiros, quer das próprias entidades parceiras (organizações não governamentais) que experienciaram no período pós-2008 sérias dificuldades financeiras.

- Iniciativas de promoção da interculturalidade a nível municipal (PA 2011 e 2012), de combate ao racismo e discriminação (PA 2011) e de educação para todos (PA 2012): nesta matéria consideram-se várias dinâmicas que justificam o facto de não ter sido possível abranger o número de pessoas inicialmente previsto. A primeira poderá ficar a dever-se ao facto de no período 2011-2013 Portugal ter assistido ao regresso de muitos imigrantes aos seus países de origem (eg., Brasil que registava à data um forte crescimento económico e que, por esse motivo, se tornou muito atrativo para os seus emigrantes) o que limitou o universo ao qual estas medidas se dirigiam; por outro lado, importa novamente sublinhar as dificuldades vivenciadas à data em matéria de orçamentos públicos nacionais (incluindo naturalmente as autarquias) que poderão justificar o défice de *performance* das medidas em questão.

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

#### **4.1.4 - Have there been unintended results?**

##### **Resposta:**

A equipa de avaliação não encontrou evidências, nas fontes de informação consultadas, da existência de resultados não esperados; apenas se registaram diferenças face ao planeado em matéria de volume e não do tipo de resultados.

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

#### **4.1.5 - Would other actions have been more effective than those chosen under the annual programmes?**

**Resposta:**

A equipa de avaliação considera que as ações desenvolvidas, pela sua diversidade, pelos resultados globais que apresentam e, bem assim, pela capacidade de mobilização dos agentes do território (municípios e organizações não governamentais), constituem genericamente ações de elevado potencial de eficácia. Por um efeito de alavanca, os problemas antemencionados na concretização de alguns objetivos/metad iniciais prenderam-se, fundamentalmente, por um menor grau de eficácia de algumas ações condicionadas por um conjunto de fatores externos e não controláveis pelas Autoridades de Gestão.

**Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

## **4.2 – EFFICIENCY OF THE PROGRAMMES**

### **4.2.1 - Were resources needed to implement the projects sufficient and available on time?**

#### **Resposta:**

A informação recolhida pela equipa de avaliação, nomeadamente em matéria quantitativa e qualitativa, permite concluir pela suficiência dos valores aprovados para cada uma das ações do FEINPT, em qualquer um dos PA sob apreciação. Esta conclusão baseia-se no facto de em nenhum PA o montante de Fundo executado ter atingido o montante de Fundo aprovado.

**Fundo aprovado e executado nos Programas Anuais (2011-2013)**

<b>PA</b>	<b>Ação</b>	<b>Fundo aprovado (euros)</b>	<b>Fundo executado (euros)</b>
Programa Anual 2011	1	2 132 696,90	1 588 885,59
	2	32 497,74	29 068,33
	3	49 130,25	39 646,28
Programa Anual 2012	1	3 527 617,72	2 971 973,19
	2	47 325,33	46 416,76
	3	69 200,42	62 839,26
Programa Anual 2013	1	2 374 018,53	2 077 870,57
	2	507 126,66	445 757,58
	3	255 809,12	227 471,05
	4	178 181,36	155 121,43
	5	180 367,05	161 474,80

Em matéria de tempo de reembolso, de acordo com a informação da Autoridade Responsável, na medida das disponibilidades, decorrente do ritmo dos fluxos financeiros comunitários, os pagamentos do financiamento do Fundo são efetuados até 95 % do valor elegível aprovado para cada projeto, sendo o custo restante assegurado pelo beneficiário, diretamente ou através de financiamento de outras entidades, em três fases:

- Pré-financiamento de 15 % do montante financiado pelo Fundo após a comunicação à Autoridade Responsável da data de início de execução do projeto;
- Reembolso das despesas realizadas e pagas, nos termos do disposto nos artigos 18.º e 22.º da Portaria n.º 270/2013, de 20 de agosto, até ao limite de 85 % do quantitativo do financiamento pelo Fundo;
- O restante valor de 15 %, após aprovação do saldo, por parte da Comissão Europeia.

Os pagamentos só são efetuados se o beneficiário se encontrar com a situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, bem como se inexistirem dívidas no âmbito do Fundo.

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.

#### **4.2.2 - Do the costs incurred to achieve the projects' outputs seem reasonable, for example in comparison with nationally-funded projects or with projects funded from other EU Funds?**

#### **Resposta:**

A informação disponível para o cálculo de valores robustos e credíveis em matéria de eficiência é parca, ainda assim, parece ser claro que com os dados disponíveis, existiu um particular cuidado em potenciar a utilização do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros no período 2011-2013. Não obstante, esta é uma conclusão baseada exclusivamente nas perceções das entidades envolvidas, nomeadamente da Autoridade Delegada.

Neste matéria importa sublinhar algumas dificuldades de sistematização de resultados e de custos envolvidos na execução dos projetos e, por maioria de razão, dos próprios Programas Anuais, experienciadas pela equipa de avaliação ao longo do processo avaliativo. De facto, registaram-se várias incongruências na informação financeira e física reportada ao Programa Anual 2013, mesmo com a utilização pela Autoridade Delegada do Sistema de informação SIGAF, que impossibilitaram a realização de um exercício sólido e robusto de análise da eficiência.

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

#### **4.2.3 - Could the same results have been achieved at a lower cost?**

#### **Resposta:**

A resposta à questão de avaliação 4.2.3 está, desde logo limitada, pela dificuldade de resposta à questão anterior.

Ainda assim, e tendo em conta a reflexão possível, considera a equipa de avaliação que muito dificilmente se conseguiram baixar os custos de alguns resultados, sob pena de a qualidade técnica associada não justificar a intervenção. Destacam-se, nesta matéria, os exemplos dos/as:

- Estudos publicados, cuja média de custos se situou perto dos 34 206,17 euros;

- Planos Municipais para a Integração de Imigrantes elaborados, cuja média de custos se situou nos 8 739,17 euros;
- Cidadãos nacionais de países terceiros apoiados pelas equipas municipais de mediação intercultural no PA 2013 (custo médio por cidadãos apoiado de 297,44 euros).

**Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.

## **4.3 ADDITIONALITY AND COMPLEMENTARITY**

### **4.3.1 - EIF funding is intended to add to, not replace/reimburse, national public funding, or resources from other EU funds (such as e.g. the European Social Fund). Has this condition been met?**

#### **Resposta:**

A resposta à presente questão de avaliação tem em consideração, num primeiro momento, o orçamento do Alto Comissariado para as Migrações, IP, agência pública responsável pelas políticas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal. Segundo o texto do Relatório de Atividades 2014, “o ACM, IP tem vindo a apresentar uma execução orçamental decrescente nos últimos anos [...]. Em 2014 a execução do orçamento ficou pouco acima dos 5,6 M€, uma redução de 11% face aos 6.3 M€ em 2013 e de 17% face a 2012 (-1.1 M€). Esta forte contenção em 2014 sentiu-se essencialmente pela queda nas transferências que o ACM recebe de outros organismos da Administração Central.” (página 95) Em contrapartida, as receitas gerais do Orçamento do Estado (10% do financiamento – 0,55M€), têm-se mantido quase inalteradas e as receitas do financiamento comunitário têm vindo a assumir uma importância crescente no orçamento do ACM, IP (40% do orçamento – 2,2 M€).

Ainda de acordo com a mesma fonte de informação, “o financiamento comunitário resultou predominantemente dos diferentes projetos desenvolvidos pelo ACM, IP no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) no âmbito do SOLID [...] Estas fontes de financiamento foram fundamentais para o desenvolvimento de inúmeras atividades nas diferentes áreas de intervenção do ACM, permitindo o reforço de alguns dos serviços prestados para uma melhor integração das populações imigrantes.” (página 95)

Da análise do texto do relatório bem como da informação recolhida através da entrevista com o ACM, IP, o financiamento comunitário constitui uma das principais fontes de financiamento das políticas públicas nacionais nas matérias em consideração, financiando diversos projetos para os quais não existe efetivamente disponibilidade orçamental nacional. Esta situação tornou-se, ainda, mais relevante no período 2011-2013 em que o país viveu uma fase de fortes restrições orçamentais decorrentes do Programa de Ajustamento Financeiro e Económico, em que os gastos públicos estavam fortemente condicionados.

No que se refere à relação entre o FEINPT e o FSE, numa primeira análise resulta claro que os fundos estão a atuar em matérias distintas (por exemplo, a formação é algo que fica genericamente a cargo de projetos FSE) e em públicos não raras vezes distintos também (eg., comunidades ciganas no caso do FSE). Não obstante, a questão dos públicos-alvo dos projetos é uma questão sensível que deverá ser acompanhada permanentemente pela Autoridade Delegada, especialmente em sede de verificações no local, na medida em que, da experiência relatada pelo ACM, IP, existiram no passado situações em que foram detetadas e corrigidas naturalmente, irregularidades nesta matéria.

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Sistema de Gestão e Controlo do FEINPT; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

Evaluation report on the results and impacts of actions co-financed by the EIF in the period 2011 to 2013

#### 4.3.2 - To what extent was the implementation of the actions under the EIF coherent with and complementary to actions from other financial programmes, either national or European?

##### Resposta:

Da análise documental levada a cabo, não só da documentação enquadrada no FEINPT, mas também de parte da documentação associada ao QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e, neste âmbito, no que se reporta ao POPH – Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, é claro que existe uma forte articulação e complementaridade entre o FEINPT e o Fundo Social Europeu.

O FSE foi responsável por apoiar em Portugal ações que complementam as do FEINPT (quer em termos temáticos, como ao nível dos grupos-alvo), nomeadamente: i) CNAI Lisboa, Porto e extensão de Faro; o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante; o Projeto-Piloto de Mediadores Municipais; o Programa Português para Todos (PPT); o Programa Escolhas; as publicações do Observatório da Imigração; Espaços de partilha do conhecimento (e.g. Seminários); materiais de disseminação de informação para imigrantes e de sensibilização para a interculturalidade e diversidade.

Por outro lado, o FEINPT cofinanciou outras áreas de intervenção do ACM, onde se destacam as seguintes: o projeto Mediação Intercultural no Atendimento em Serviços Públicos (MISP); o *Website* (Portal do ACM) e Publicações; o programa de televisão “Programa Nós”; o projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI) e as atividades de coordenação da Rede GIP Imigrante; o projeto Educação para Todos; e os Projetos Municipais de Promoção da Interculturalidade.

Naturalmente que uma tal complementaridade exige, por parte da agência pública que é Autoridade Delegada no FEINPT e Organismo Intermédio no FSE, mecanismos e procedimentos de clara distinção entre Fundos e de não duplicação de financiamentos. Segundo a informação recolhida em sede de entrevista, o ACM, IP foi categórico nesta matéria, assegurando à equipa de avaliação que as regras existem e são seguidas, no estrito acompanhamento das entidades de certificação e auditoria, respetivamente a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP e a Inspeção-Geral das Finanças.

Não obstante, esta é uma matéria sensível (à semelhança do rigor na selecção dos públicos-alvo) sobre a qual se deverá verificar uma vigilância permanente por parte de todas as partes interessadas.

Ainda segundo o ACM, IP, torna-se pertinente refletir e promover uma maior complementaridade entre os diferentes fundos comunitários, de modo a criar soluções mais eficazes e eficientes para um público migrante que, na sua totalidade, não consiste exclusivamente em cidadãos nacionais de países terceiros.

##### Fontes de informação:

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Sistema de Gestão e Controlo do FEINPT; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012, QREN, Programa Operacional Potencial Humano, Relatórios de Atividades do ACM 2011, 2012 e 2014.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

## **4.4 EU VALUE ADDED**

**4.4.1 - Have the EIF funds enabled projects, or actions, or types of actions, that could not be financed by national public resources only. If so, to what extent? (This could be, for example, because of insufficient national resources, because certain actions are not eligible under national schemes, or both.)**

### **Resposta:**

A equipa de avaliação recupera a reflexão desenvolvida a propósito do critério “Eficiência” de modo a concluir por uma efectiva insuficiência de recursos nacionais para financiar muitas das acções previstas no II Plano para a Integração de Imigrantes 2010-2013 e, por conseguinte, programadas a financiamento no âmbito do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros.

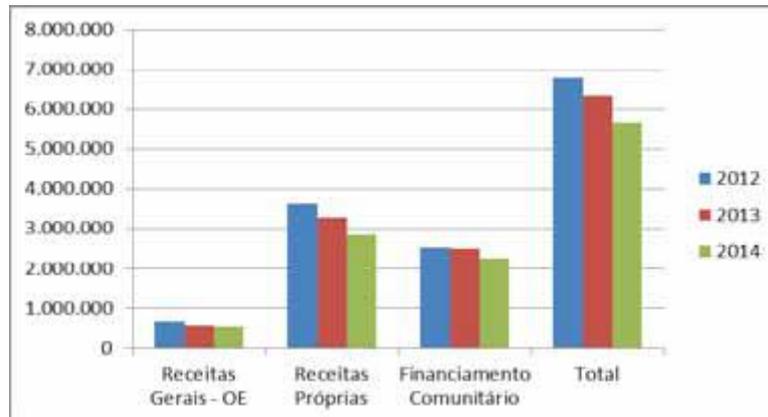
De facto, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP) é, em Portugal, o instituto público que intervém na execução das políticas públicas em matéria de migrações. Neste quadro, elege como sua missão: De acordo com os Estatutos e a Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro) do ACM, IP, esta agência tem como missão:

- Promover Portugal enquanto destino de migrações
- Acolher, integrar os migrantes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos
- Colaborar, em articulação com outras entidades públicas competentes, na concepção e desenvolvimento das prioridades da política migratória
- Combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, nacionalidade origem étnica ou religião
- Desenvolver programas de inclusão social dos descendentes de imigrantes
- Promover, acompanhar e apoiar o regresso de emigrantes portugueses e o reforço dos seus laços a Portugal.

No entanto, e tal como expresso no relatório de Atividades 2014 desta entidade, o montante de financiamento público advindo do Orçamento do Estado estabilizou em cerca de 10% do volume total do orçamento do ACM e o montante oriundo de transferências de outras entidades da Administração Central tem vindo gradual mas sistematicamente a diminuir. Neste quadro, o financiamento comunitário em geral (incluindo FSE e FEINPT) tem vindo a ganhar uma preponderância crescente, assegurando efectivamente um conjunto de iniciativas de políticas públicas não passíveis de serem apoiadas financeiramente de outra forma, por insuficiência de recursos.

O período compreendido entre os anos de execução dos Programas Anuais 2011, 2012 e 2013 foi um período de grandes desafios para o país em matéria de ajustamento financeiro, tendo claramente o financiamento comunitário representado o garante da execução de medidas comunitárias e nacionais em matéria de política pública no âmbito da integração de nacionais de países terceiros, que não teriam sido implementadas de outra forma. Fica, assim, claro que a ação da UE constitui uma mais-valia tanto para os esforços envidados por Portugal e pela União no âmbito da matéria em apreço.

### Execução Orçamental do ACM em 2012, 2013 e 2014



FONTE: ACM, Relatório de Atividades 2014 (página 95).

#### Fontes de informação:

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão n.º 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012; Relatórios de Atividades do ACM 2011, 2012 e 2014; Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro (Lei Orgânica do ACM, IP); Decreto-Lei n.º 146/2015, de 3 de agosto (Estatutos do ACM, IP).
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

**4.4.2 - In addition, has EIF funding produced other benefits to implementing organisations, such as recognition by partners and authorities, improvement of project preparation, implementation and management, setting up innovative operations, exchange with other organisations, etc.?**

#### Resposta:

O Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros apoiou em Portugal, de forma clara e direta, iniciativas que contribuíram para uma melhor preparação, implementação e gestão de projetos na área do acolhimento e integração de imigrantes.

Nesta matéria a equipa de avaliação ressalva as 3 iniciativas que na sua perspetiva contribuem diretamente para a resposta positiva a esta questão de avaliação:

- Planos Municipais para a Integração de Imigrantes: os 19 projetos apoiados pelo FEINPT nos municípios de Lousã, Portimão, Montijo, Vila Nova de Gaia, Lisboa, Oeiras, Odemira, Seixal,

Evaluation report on the results and impacts of actions co-financed by the EIF in the period 2011 to 2013

Braga, Figueira da Foz, Loulé, Sintra, São Brás de Alportel, Cascais, Torres Vedras, Óbidos e Lourinhã, Viana do Castelo, Alcanena e Amadora tinham como objectivos fundamentais robustecer as políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes, por via da realização de diagnósticos e planos locais, bem como por via da definição de uma estratégia clara de monitorização e governação desses mesmos planos. É, neste quadro, uma prática que trará com muita probabilidade mais-valias em termos de preparação e projetos futuros destinados a cidadãos nacionais de países terceiros, de âmbito local.

- Os projetos de capacitação organizacional das entidades que estão no apoio direto a cidadãos nacionais de países terceiros, através de acções de formação e sensibilização dos seus profissionais. Neste âmbito, considera-se que a capacitação constituirá um ponto positivo para a realização de mais e melhores projetos de integração. Ainda assim, e tendo em conta que a acção 6 do FEINPT no PA 2013 terminou há muito pouco, ainda não foi possível aferir dos reais resultados de capacitação previstos pelo ACM, IP. E neste sentido, a equipa de avaliação apenas pode falar de uma expectativa de resultados, e nada mais do que isso.
- Os estudos desenvolvidos no âmbito do PA 2013 (e também as avaliações financiadas pelo FEINPT em Programas Anuais do período 2007-2010) são ferramentas cruciais para uma melhor fundamentação das políticas públicas e, por conseguinte, dos projetos nelas enquadrados no futuro próximo.

Não obstante as referências feitas, a equipa de avaliação sublinha a importância crucial de apoiar a paisagem organizacional de parceiros do ACM, IP, na medida em que são eles um dos principais *players* das políticas públicas de acolhimento e integração de nacionais de países terceiros em Portugal. Esta paisagem organizacional deve ser permanentemente avaliada no que diz respeito aos resultados que entrega e, em função dessa mesma avaliação, qualificada, redesenhada e reposicionada no quadro da política pública.

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

**4.4.3 - Have there also been benefits to the target groups, which could not have been achieved with national resources only (i.e. other than the fact that the EIF provided funding, thus enabling EIF projects)?**

#### **Resposta:**

A equipa de avaliação não encontrou evidências nas fontes de informação consultadas que permitam sustentar a resposta à presente questão e avaliação.

## **4.5 SUSTAINABILITY**

**To what extent have the positive effects of the actions under the EIF programmes lasted after the interventions were terminated? What are the main factors affecting/supporting sustainability?**

### **Resposta:**

De forma a responder a esta questão, a equipa de avaliação analisou uma amostra não representativa de projetos apoiados, nomeadamente no campo do formulário respeitante às “Garantias de sustentabilidade (como foi garantida a continuação das actividades a longo prazo)”, concluindo que esta é claramente uma matéria geradora de novas oportunidades de melhoria e de crescimento futuro.

De facto, a equipa de avaliação regista a existência de uma dificuldade por parte das entidades em formular estratégias claras de sustentabilidade dos projetos o que poderá representar uma prática recorrente de dependência aos financiamentos públicos (alguns dos projetos e programas financiados pelo FEINPT registam diversas edições, o que traduz a incapacidade de autonomização dos mesmos).

Apresentam-se de seguida 4 exemplos de estratégias de sustentabilidade.

- Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP) (2011/FI/A1/03) – “A constituição de equipas municipais de mediação intercultural, cabendo às autarquias um importante papel na divulgação e fortalecimento desta resposta, tem subjacente a consciencialização dos serviços públicos com quem estas equipas trabalham e articulam, sobre o papel estratégico da mediação intercultural na mudança de práticas com vista a uma melhoria da qualidade de vidas das pessoas e um crescente sentimento de pertença ao município onde residem/trabalham”.

Nesta matéria, e considerando as fortes restrições orçamentais dos Municípios Portugueses, considera a equipa de avaliação que esta poderá ser uma estratégia algo ambiciosa.

- II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013) – Fase II (2011/FI/A2/01) – “O Plano para a Integração dos Imigrantes (PII) constitui um instrumento fundamental na operacionalização das políticas de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal, incluído inclusivamente no atual programa governamental, na esteira das melhores práticas europeias nesta matéria”.

O facto de existir respaldo político para o desenho e implementação de planos nacionais em matéria de acolhimento de imigrantes (está atualmente em vigor o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020) constitui, desde logo, um garante para a continuação deste tipo de iniciativas. No entanto, estas têm estado claramente dependentes de financiamento comunitário (quer ao nível da sua preparação, da sua implementação (algumas medidas) e da sua avaliação).

- Criação de instrumentos privilegiados para troca de informação, experiências e boas práticas em matéria de imigração - vários suportes (2011/FI/A3/02) – “Este projeto apresenta-se como importante veículo de divulgação e projeção institucional do ACIDI, I.P., em geral, e das políticas e projetos de promoção de acolhimento e integração dos imigrantes, em particular, funcionando como a janela de comunicação do ACIDI - “Janela intercultural”. Assim sendo e numa sociedade mediatizada e globalizada as ferramentas que o constituem são de indelével importância para uma cada vez maior aproximação entre a sociedade de acolhimento e os cidadãos imigrantes que elegem o nosso país como novo lar, pelo que se pretendem de continuidade e de inclusão no orçamento que advém do OE, o ACIDI, I.P. dispõe de receitas próprias financiadas por: IIEFP, ISS, ACT que lhe garantem a continuidade das atividades a longo prazo”.

Nesta matéria a estratégia de sustentabilidade passa pela integração das iniciativas no conjunto de medidas financiadas por fundos nacionais, o que poderá ser razoável, ainda que as receitas do ACM, IP advindas de outras entidades da Administração Central tenham vindo a diminuir nos anos mais recentes.

- Emprego e Empreendedorismo Imigrante (2012/FI/A1/06) – “A Rede GIP Imigrante (RGI) surge no âmbito de parceria entre o ACM, I.P. e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.) dinamizada por entidades privadas sem fins lucrativos, que prevê a constituição de 25 Gabinetes de Inserção Profissional, distribuídos pelo território nacional. As candidaturas que decorreram em 2011 reforçaram a parceria entre os 2 Institutos que remonta ao ano de 2007 com o início da Rede UNIVA Imigrante que, em 2009, passou a designar-se Rede GIP Imigrante, sendo que os Gabinetes de Inserção Profissional continuaram a desenvolver trabalho nas áreas da empregabilidade e formação profissional. No decurso do mês de Maio de 2011, o IEFP, I.P abriu as candidaturas para manter os serviços destes Gabinetes, sendo que dos processos selecionados, 25 constituiriam a Rede GIP Imigrante e, as entidades que pretendiam alargar a sua atuação à população imigrante, fazendo parte da RGI, deveriam proceder ao preenchimento de um formulário em modelo próprio que o ACIDI, I.P. disponibilizava no site <http://redegip.acidi.gov.pt/>. No seguimento das candidaturas, os GIP celebraram um novo Contrato de Objetivos com os respetivos Centros de Emprego por um período de um ano, mas findo esse período, o Conselho Diretivo do IEFP prorrogou o prazo de funcionamento até 30 de junho de 2014, considerando a necessidade de manter em funcionamento estas estruturas sem interrupções, até estarem criadas as condições para a abertura de um processo de candidaturas à criação e autorização de funcionamento de Gabinetes de Inserção Profissional, até ao limite máximo de 31 de Dezembro de 2014. Atendendo ao alargamento do FEINPT a entidades com competências nas áreas de intervenção do Fundo e considerada a pertinência do PEI promoveu-se junto das várias entidades parceiras do ACM a possibilidade deste projeto ter continuidade de forma independente, sendo assegurada a coordenação direta pelas entidades interessadas. Tem-se conhecimento de que este projeto será, entre 2014 e 2015, assegurado em pelo menos 5 territórios. Para além disto, pretende o ACM continuar a ser uma mais-valia para as entidades que implementem o PEI, tendo compilado um documento com conteúdos técnicos e de orientação dirigidos aos recursos humanos das instituições, sejam eles formadores ou técnicos/assistentes sociais. Estes mesmos conteúdos serão apresentados a várias outras entidades que pretendam dinamizar no seu território este projeto. Pretende-se a curto prazo realizar ações de capacitação que permitam uma apropriação do PEI pelas entidades interessadas.”

Nesta matéria importa sublinhar que não é desenhada qualquer estratégia de sustentabilidade dos GIP que não envolva apoio comunitário (através do Instituto de Emprego e Formação Profissional), e a estratégia para a manutenção dos benefícios gerados pelo PEI também não é suficientemente clara, ainda que se compreenda as intenções subjacentes ao texto apresentado.

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

## **4.6 – IMPACTS OF THE PROGRAMMES**

### **4.6.1 – Improvement of national admission procedures relevant to and supportive of the integration process**

#### **Resposta:**

Não aplicável no contexto nacional e no quadro do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros 2007-2013.

#### **4.6.2 – Development, and improvement of quality, of introductory programmes in the Member State, enabling third-country nationals, including vulnerable groups, to acquire language knowledge and other knowledge about the receiving society**

##### **Resposta:**

Na sequência da análise desenvolvida pela equipa de avaliação ao texto do II Plano para a Integração de Imigrantes 2010-2013 (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, publicada em Diário da República (DR) no dia 17 de Setembro) nomeadamente tendo em consideração as suas 90 medidas distribuídas por 17 áreas de intervenção, é clara a aposta do país na promoção do conhecimento da língua portuguesa, assim como das principais características da sociedade de acolhimento. Esta é uma temática relativamente transversal, mas que encontra particular acolhimento na área de intervenção “Cultura e língua”.

Nesta área sublinham-se as seguintes iniciativas:

- Medida 7 – Consolidação do Programa Português para Todos
- Medida 8 – Consolidação do Programa Português Língua não Materna
- Medida 9 – Garantir a realização da prova de língua portuguesa para efeitos de aquisição da nacionalidade
- Medida 10 – Reforço do ensino da língua portuguesa
- Medida 11 – Formação de literacia básica para beneficiários do rendimento social de inserção
- Medida 12 – Reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e actividades, com incidência na cultura
- Medida 13 – Sensibilização dos produtores culturais

O Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros para o período 2011-2013 não registou nesta área uma intervenção tão relevante quanto em outras áreas de acolhimento e integração (em matéria de formação em língua portuguesa, o Fundo Social Europeu tem desempenhado um papel mais relevante, como aliás já foi mencionado no presente documento, ponto 4.3 *Additionality and complementarity*). Ainda assim, a equipa de avaliação sublinha o papel da rede de CNAI e CLAII, na medida em que são pontos centrais de divulgação das medidas acima descritas, bem como de motivação e encaminhamento dos imigrantes para as mesmas.

Não é de descurar, igualmente, a perspetiva de que alguns dos projetos apoiados no âmbito da ação 1 “Reforço e melhoria do acolhimento e integração de imigrantes” da Prioridade 1 “Execução das ações destinadas a pôr em prática os “Princípios básicos comuns para a política de integração dos imigrantes na União Europeia”” do FEINPT poderem contribuir diretamente para estes projetos de “introdução” à língua e cultura da sociedade de acolhimento, com particular destaque para os projetos de promoção da interculturalidade a nível municipal, de educação para todos (ainda que a eficácia deste projeto tenha sido reduzida) e as sessões de informação, sensibilização e capacitação de nacionais de países terceiros.

**Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012; RCM n.º74/2010.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

#### **4.6.3 – Increased capacity of the Member State in terms of the establishment of integration strategies, their implementation and systems to monitor their impact on the integration of third-country nationals**

##### **Resposta:**

Portugal regista uma boa prática de elaboração e implementação de consecutivos planos para a integração e imigrantes de nível nacional, tal como é reconhecido no texto do último plano estratégico desenhado e atualmente em vigor “Portugal tem vindo já a implementar planos de integração de imigrantes e dos seus descendentes, consolidando um acervo de boas práticas conhecidas e reconhecidas” (RCM n.º12-B/2015)

- Plano para a Integração dos Imigrantes (2007-2009) – Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007
- II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013) – Resolução do Conselho de Ministros n.º74/2010
- Plano Estratégico para as Migrações (2015 -2020) – Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015

Paralelamente, foi decisão da agência pública responsável pelas políticas de acolhimento e integração de imigrantes promover processos de planeamento relativamente similares, mas a um nível mais próximo dos cidadãos – o nível concelhio. Para o efeito desenhou um projeto-piloto, no qual foi possível apoiar 19 projetos (21 concelhos) no desenho dos seus próprios instrumentos de planeamento.

Em termos de planeamento, estas têm sido as dinâmicas mais relevantes. Importa, no entanto, sublinhar que Portugal criou um sistema de monitorização da realidade nacional nesta matéria, através do Observatório das Migrações (OM) e tem apostado (talvez não com a regularidade desejável) num processo de avaliação de algumas políticas públicas (destaque para a avaliação do PEI, projeto cofinanciado pelo FEINPT).

Ressalva-se, igualmente, a criação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), enquanto ferramenta de concretização e monitorização na área das migrações.

O Fundo Europeu para a Integração de Imigrantes constituiu um instrumento de financiamento de muitas das atividades desenvolvidas no âmbito das iniciativas sinalizadas: i) financiamento de avaliações e de estudos; ii) financiamento do projeto-piloto dos Planos Municipais para a Integração de Imigrantes; iii) financiamento do acompanhamento e monitorização do II PII (2010-2013).

Neste quadro, é razoável afirmar que o contributo do FEINPT para o aumento da capacidade de Portugal para desenvolver estratégias de integração, a sua implementação e sistemas para monitorizar o seu impacto sobre a integração de nacionais de países terceiros é bastante significativo.

##### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão n.º 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012; RCM n.º 63-A/2007; RCM n.º74/2010; RCM 12-B/2015.

Evaluation report on the results and impacts of actions co-financed by the EIF in the period 2011 to 2013

- *Stakeholders:* Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

#### **4.6.4 – Improved access of third-country nationals to public and private goods and services, and enhanced diversity management, in the Member State**

##### **Resposta:**

A melhoria do acesso de nacionais de países terceiros a bens e serviços públicos e privados tem constituído uma das principais áreas de aposta do país, enquanto aspeto crucial para uma verdadeira integração na sociedade de acolhimento. Neste sentido, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) tem vindo a desenvolver vários serviços especializados em dar resposta às necessidades dos migrantes. Para além de disponibilizar serviços próprios também tem envolvido serviços da administração pública, como os postos de atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e da Segurança Social.

- A iniciativa mais emblemática que ilustra a conclusão a que a equipa de avaliação chegou é a criação dos CNAI – Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (Lisboa, Porto e Faro) em 2004, com o objetivo de dar resposta a diferentes dificuldades sentidas pelos imigrantes no seu processo de integração em Portugal. As diferenças culturais, organizacionais e legislativas, a par da quantidade de serviços diferentes, aos quais os imigrantes têm de recorrer, levaram o ACM, I.P. a criar um local que reunisse, num mesmo espaço, diferentes serviços, instituições e Gabinetes de Apoio ao Imigrante.
- Outra iniciativa de grande espetro é a Linha de Apoio ao Migrante (808 257 257 / 218 106 191) que dá continuidade à Linha SOS Imigrante que funcionava desde 2003. O objetivo principal da Linha de Apoio ao Migrante é responder, de imediato, às perguntas mais frequentes dos migrantes, fornecendo telefonicamente toda a informação disponível na área das Migrações e encaminhando as chamadas para os serviços competentes, sempre que as mesmas não sejam da competência do ACM, IP. O atendimento da Linha de Apoio Migrante está disponível em 9 línguas diferentes, funcionando de segunda a sexta das 9:00h às 19:00h
- Sublinha-se igualmente o Serviço de Tradução Telefónica (STT) criado para ajudar a ultrapassar a barreira da língua, uma das grandes dificuldades sentidas pelos imigrantes na sua relação com os serviços em Portugal. O STT oferece uma bolsa de 58 tradutores que dominam, para além do Português, um ou mais idiomas, e dirige-se a todos os interlocutores portugueses/ estrangeiros que precisam de comunicar com estrangeiros e cidadãos/entidades portuguesas.
- A Rede CLAII – Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes que tem como missão apoiar em todo o processo do acolhimento e integração dos imigrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local. Estes serviços prestam apoio e informação geral em diversas áreas, tais como, regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, etc.
- Os GA EI – Gabinetes de Apoio Especializado ao Imigrante que têm como função apoiar os imigrantes em diferentes áreas especializadas, por forma a complementar e solidificar o seu processo de integração. Existem gabinetes especializados em diferentes áreas, tais como, Jurídica, Social, Psicológica, Saúde, Emprego/Empreendedorismo, Mediação de Conflitos entre outros.

- Os GIP – Gabinetes de Inserção Profissional são estruturas de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com os Centros de Emprego, ajudam jovens e adultos desempregados na definição e desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Nesta matéria tem ainda sido importante o trabalho de divulgação feito pelo Alto Comissariado para as Migrações, nomeadamente ao nível do seu *website* e da participação nas redes sociais, bem como de um conjunto de materiais de divulgação de iniciativas, dos quais se destacam a *newsletter*, algumas campanhas de banda larga e, naturalmente, os programas de televisão e rádio.

O FEINPT tem apoiado o País neste desígnio, através dos projetos como:

- Acolhimento e Integração de Imigrantes – III (2011/FI/A1/01 – SEF);
- Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP) (2011/FI/A1/03 – ACIDI/ACM);
- Reforço da rede nacional de apoio ao imigrante em vários suportes - Televisão e Radio (2011/FI/A1/08 – ACM);
- Criação de instrumentos privilegiados para troca de informação, experiências e boas práticas em matéria de imigração - vários suportes (2011/FI/A3/02 – ACM).

Considerando o exposto, é possível afirmar que o FEINPT contribui positivamente para a melhoria do acesso dos nacionais de países terceiros (e não só) aos serviços públicos portugueses (e eventualmente algumas situações de acesso a serviços privados, na medida em que algumas medidas como por exemplo a tradução pode ser acionada pelo imigrante para qualquer situação que necessite).

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012; Portal do ACM, IP ([www.acm.gov.pt](http://www.acm.gov.pt)).
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

#### **4.6.5 – Improvement of structures for exchange of information, best practices and cooperation on the integration of third-country nationals, including development of indicators for monitoring results, in the Member State and between Member States**

##### **Resposta:**

Portugal regista em 2015 a existência de 2 grupos consultivos na área das políticas de acolhimento e integração de imigrantes, designadamente:

- Conselho para as Migrações (CM) – O CM é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias, das quais são exemplo: Direção-Geral da Saúde; Direção-Geral da Educação; Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.; Autoridade para as Condições do Trabalho; Instituto de Segurança Social, I.P., Associação Nacional de Municípios Portugueses; Direção-Geral das Artes; Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Direção-Geral de Política Externa; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Associações de imigrantes; entre muitas outras entidades
- Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) – A CICDR foi criada pela Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto, a qual veio proibir as discriminações no exercício de direitos por motivos de cor, nacionalidade ou origem étnica. Nos termos do art.º 5º da referida Lei 134/99, cabe à CICDR acompanhar a sua aplicação, sendo da sua competência: i) Recolher toda a informação relativa à prática de atos discriminatórios e à aplicação das respetivas sanções; ii) Recomendar a adoção das medidas legislativas regulamentares e administrativas que considere adequadas para prevenir a prática de discriminações baseadas na cor, nacionalidade, ou origem étnica; iii) Promover a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre as práticas discriminatórias; iv) Elaborar e publicitar um relatório anual sobre a situação da igualdade e da discriminação em Portugal.

Com a perspetiva de promover e contribuir para a divulgação de boas práticas em matéria de acolhimento e integração de imigrantes, o ACM. IP. criou o Prémio de Comunicação “Pela Diversidade Cultural” que sucede ao Prémio de Jornalismo “Pela Diversidade Cultural”. O objetivo é sempre premiar os melhores trabalhos, realizados por profissionais da comunicação, na área promoção da diversidade cultural nos media, designadamente no domínio da integração das comunidades migrantes e comunidades ciganas presentes em Portugal, bem como o combate à discriminação em função da nacionalidade, etnia, religião ou situação documental.

Para além destes grupos, há que salientar a existência do Observatório das Migrações (OM – <http://www.oi.acidi.gov.pt/>) já referenciado no presente documento, e cujas responsabilidades incidem exatamente no aprofundar do conhecimento sobre a realidade das migrações em Portugal, para poder definir, executar e avaliar políticas eficazes de integração para as populações imigrantes e de retorno sustentado para os emigrantes portugueses. É, neste sentido, uma estrutura fundamental para a definição de estratégias de monitorização daquelas políticas.

O trabalho desenvolvido, sobretudo pelo Observatório das Migrações é, em boa medida, tributário dos apoios do FEINPT. De facto, foram concluídos em agosto de 2015 os sete estudos científicos realizados ao abrigo do financiamento deste Fundo, e cujo lançamento dos resultados está previsto para dezembro de 2015, no âmbito da edição Jornadas do Observatório das Migrações. Os estudos são:

- Imigrantes desempregados em Portugal e os desafios das políticas ativas de emprego, CESOP–UCP, Ana Cláudia Valente (coord.)

Evaluation report on the results and impacts of actions co-financed by the EIF in the period 2011 to 2013

- Inserção laboral de imigrantes e portugueses de origem estrangeira: uma aproximação às práticas de discriminação no mercado de trabalho, CES–UC, Pedro Góis (coord.)
- O impacto da crise económica sobre as condições de vida e dinâmicas de inserção laboral dos imigrantes em Portugal, IGOT-UL, Alina Esteves (coord.)
- O trabalho da arte e a arte do trabalho: circuitos criativos de formação e integração laboral de artistas imigrantes em Portugal, CIES-IUL, Lúcia Ferro e Octávio Raposo (coord.)
- Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior, CIES-IUL, Teresa Seabra (coord.)
- Inclusão e sucesso académico de crianças e jovens imigrantes: o papel das dinâmicas de aculturação, CIS-IUL, Rita Guerra (coord.)
- Evolução e perfis dos divórcios em casais binacionais em Portugal (1988-2013), CIES-IUL, Sofia Gaspar (coord.)

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012; Portal do ACM, IP ([www.acm.gov.pt](http://www.acm.gov.pt)).
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

## 5. IMPLEMENTATION OF THE MULTI-ANNUAL STRATEGY

The national EIF multi-annual programme approved by the Commission provided in its Chapter 3 a “Strategy to achieve the objectives” in the Member State.

- How, and to what extent, has this strategy been implemented over the period 2011-2013?
- To what extent have the targets, including quantified targets, set in the multi-annual programmes been achieved?
- In the light of the results and effects of the annual programmes 2011-2013, and of the needs in the areas where the EIF funds projects, was the strategy set up at the beginning of the multi-annual programming period adequate?

### **Resposta:**

Para o período 2007-2013, Portugal definiu um quadro estratégico de intervenção plurianual para o acolhimento e integração de nacionais de países terceiros alicerçado num único objetivo estratégico:

“Alcançar níveis superiores de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, quer através do lançamento de novas iniciativas, quer através da consolidação de iniciativas existentes e da simplificação e desburocratização de procedimentos.” (em Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1)

Considerando este objetivo estratégico, Portugal decidiu observar 2 objetivos operacionais, sendo sobre estes que a avaliação se debruçará de modo a dar resposta às questões enunciadas para este último capítulo do relatório: i) Modernização de serviços de apoio a imigrantes; ii) Desenvolvimento do Plano para a Integração dos Imigrantes.

A primeira conclusão reside no facto de o país ter terminado a execução do I Plano para a Integração de Imigrantes e ter rentabilizado a oportunidade do FEINPT para financiar o novo processo de planeamento do II Plano para a Integração de Imigrantes cujo horizonte temporal se situa entre os anos de 2010 e 2013. Importa igualmente sublinhar que o processo de planeamento do acolhimento e integração de nacionais de países terceiros não se esgotou no âmbito nacional, tendo sido possível ao país iniciar um projeto-piloto de planeamento de nível municipal (Ação 4 do PA 2013). Paralelamente, e de forma a alimentar com informação relevante estes processos, bem como criar conhecimento atualizado sobre a realidade dos imigrantes em Portugal e os resultados das políticas públicas de acolhimento e integração, foram financiados vários estudos e avaliações ao longo de todo o período 2007-2013, fazendo assim cumprir as três grandes etapas do ciclo de planeamento de políticas e programas: i) diagnóstico; ii) plano; iii) avaliação.

A segunda conclusão centra-se no esforço feito pelo país no sentido de implementar, no concreto, um conjunto de iniciativas previstas no II Plano para a Integração de Imigrantes e que constituem factores cruciais para a integração da população imigrante. A equipa de avaliação ressalva, neste contexto, os projetos de promoção do emprego e empregabilidade dos imigrantes, designadamente os Gabinetes de Inserção Profissional (implementados em estreita articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP) e o Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrantes (ver Caixa 4). Ambas as iniciativas apresentaram resultados bastante positivos, como é possível aferir através da comparação entre os resultados esperados e os resultados efetivos constantes do anexo 3 (de sublinhar que estes resultados

são obtidos num quadro de forte crise socioeconómica em Portugal, sabendo-se que a população imigrante constitui um dos grupos mais afetados pelo fenómeno do desemprego em Portugal).

Sublinha-se, igualmente, os projetos de mediação intercultural (com a colocação de mediadores em serviços públicos, quer através do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras quer através do Alto Comissariado para as Migrações) e de mentoria.

A terceira e última conclusão prendem-se com os processos de divulgação e sensibilização da sociedade de acolhimento (com uma aposta nas novas tecnologias de informação - *websites* – e na comunicação social, para divulgação de larga escala – Programa Nós) e de capacitação dos agentes que estão no terreno. Neste último caso, e considerando que existe uma paisagem organizacional dispersa pelo país responsável pelo apoio direto a imigrantes e, nesse sentido, corresponsável pela implementação das políticas nacionais de acolhimento e integração de imigrantes, é bastante razoável que no período em análise tenha existido uma aposta na capacitação destes agentes (Ação 5), aposta esta que superou todas as expectativas iniciais.

Esta leitura de carácter essencialmente qualitativo, mas que pode ser aferida através da análise das tabelas que seguem em anexo, é corroborada pela análise de uma série de indicadores, ainda que em muitos casos não seja possível compreender, de forma clara, quais é que concorrem para os indicadores e metas estabilizados em sede de Programa Plurianual, fruto da não identificação de indicadores em alguns casos (ver o PA 2012 que não apresenta qualquer indicador, remetendo-os para os projetos) e da não clarificação de conceitos e fórmulas de cálculo noutros (metainformação). Aliás, os PA 2011 e PA 2012 são instrumentos bastante frágeis deste ponto de vista. Por oposição, o PA 2013 é mais claro, apresentando uma lista de indicadores e metas que são efetivamente monitorizados nos relatórios de execução final dos projetos.

Duas últimas notas: i) uma para o facto as políticas e iniciativas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal registarem um quadro institucional de planeamento, implementação e monitorização bastante bem definido, com uma agência pública diretamente responsável, sob a dependência da Presidência do Conselho de Ministros – o Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP). Esta clarificação institucional constitui um ponto positivo e um fator que contribui indelevelmente para uma melhor eficácia do FEINPT em Portugal; ii) outra para a forte interação que o FEINPT estabelece com o FSE em matéria de apoio à implementação a estratégia nacional de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal, no quadro do II Plano para a Integração de Imigrantes (e previsivelmente no futuro FAMI e FSE 2014-2020).

#### **Fontes de informação:**

- Fontes documentais (revistas com base na técnica análise de conteúdo): Decisão nº 2007/435/CE do Conselho, de 25 de junho de 2007; Decisão da Comissão de 21/VII/2007; Programa Plurianual do FEINPT Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1; Programa Anual 2008 Decisão da Comissão C(2008) 8159 final, Anexo; Programa Anual 2009 Decisão da Comissão C(2009) 5638 final, Anexo; Programa Anual 2010 Decisão da Comissão C(2010) 2670 final, Anexo; Programa Anual 2011 Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo; Programa Anual 2012 Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo; Programa Anual 2013 Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo; Documentação diversa sobre os projetos aprovados; Sistema de Gestão e Controlo do FEINPT; Relatórios finais de execução dos Programas Anuais 2011 e 2012.
- *Stakeholders*: Autoridade Responsável – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

**ANEXO 1**

**Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros 2007-2013 – Quadro lógico**

Objetivo estratégico	Objetivos operacionais	Prioridades			Objetivos específicos	Indicadores
		Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)		
Alcançar níveis superiores de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, quer através do lançamento de novas iniciativas, quer através da consolidação de iniciativas existentes e da simplificação e desburocratização de procedimentos.	Modernização de serviços de apoio a imigrantes  Desenvolvimento do Plano para a Integração dos Imigrantes	1	Execução das ações destinadas a pôr em prática os "Princípios básicos comuns para a política de integração dos imigrantes na União Europeia"	9 957 680,00	Prosseguir a execução do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes elaborado em 2007.	Número de medidas do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes implementadas
					Desenvolver projetos, ao nível regional e local, dirigidos ao acolhimento e integração de imigrantes.	População imigrante abrangida
					Divulgar amplamente as regras constantes da legislação aplicável aos nacionais de países terceiros residentes em território nacional..	Número de técnicos que participam na implementação das ações
		2	Desenvolvimento de indicadores e metodologias de avaliação para aferir os progressos, ajustar as políticas e as medidas e facilitar a coordenação da aprendizagem comparativa	711 260,00	Desenvolver projetos de monitorização, avaliação e reconhecimento de boas práticas dirigidas para o acolhimento e integração de imigrantes.	Número de instrumentos de monitorização criados, dirigidos ao acompanhamento das medidas e políticas de imigração e integração
						Número de estudos de avaliação das medidas e políticas de imigração e integração
		3	Reforço das capacidades políticas e melhoria da coordenação e das competências nos Estados Membros a todos os níveis bem como nos serviços governamentais	3 556 310,00	Modernizar e reforçar operacionalmente as estruturas e serviços responsáveis pela admissão, acolhimento, legalização e integração dos imigrantes.	Número de iniciativas de boas práticas realizadas
					Reforçar, otimizando, a articulação entre as várias estruturas e serviços responsáveis pela admissão, acolhimento, legalização e integração dos imigrantes.	Número de estruturas e serviços implementados no domínio da admissão, acolhimento, legalização e integração dos imigrantes
					Simplificar os procedimentos de atribuição de documentos e o conteúdo e perfil dos mesmos.	Produção e divulgação de material informativo Sistemas de informação implementados
					Aprofundar os mecanismos que permitem a tramitação eletrónica de informação e o reforço da capacidade dos serviços responsáveis.	Manutenção e atualização de sites com informação específica dirigida à comunidade imigrante
					Criar espaços privilegiados para troca de experiências e boas práticas em matéria de admissão, acolhimento, legalização e integração dos imigrantes.	Aumento do número de atendimentos nos serviços de apoio ao imigrante
Desenvolver estudos, ações de formação e sensibilização sobre o fenómeno migratório.	População imigrante abrangida  Fóruns de difusão de boas práticas					

FONTE: Decisão da Comissão C(2008) 6193 final, Anexo 1.

Evaluation report on the results and impacts of actions co-financed by the EIF in the period 2011 to 2013

**ANEXO 2**

**Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros Programa Anual 2011  
– Quadro lógico**

Prioridades			Ações			Projetos e beneficiários	Resultados	
Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)	Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)		Esperados	Efetivos
1	Execução das ações destinadas a pôr em prática os "Princípios básicos comuns para a política de integração dos imigrantes na União Europeia"	9 957 680,00	1	Reforço e melhoria do acolhimento e integração de imigrantes	2 452 229,97	Acolhimento e Integração de Imigrantes - III 2011/FI/A1/01	58 Mediadores socioculturais que participaram no projeto	58 Mediadores socioculturais que participaram no projeto
						Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP) 2011/FI/A1/03	20 AMI	20 AMI
						Emprego e Empreendedorismo Imigrante 2011/FI/A1/04	2 200 Colocações em emprego (GIP)	1 587 Colocações em emprego (GIP)
							35 Negócios criados	52 Negócios criados
						Racismo e discriminação - combater e apoiar as suas vítimas 2011/FI/A1/05	250 Participantes em reuniões/seminários/workshops	130 Participantes em reuniões/seminários/workshops
						ENGAGE - Projeto Mentores 2011/FI/A1/06	30 Mentores	45 Mentores
							5 Processos de mentoria	18 Processos de mentoria
							50 Mentorados	73 Mentorados
						Racismo e discriminação - combater e apoiar as suas vítimas - Fase II 2011/FI/A1/07	280 Processos de Apoio / Pareceres / Queixas	272 Processos de Apoio / Pareceres / Queixas
Reforço da rede nacional de apoio ao imigrante em vários suportes - Televisão e Radio 2011/FI/A1/08	57 Programas de TV produzidos	57 Programas de TV produzidos						
	20 inquéritos de rua junto das comunidades imigrantes (Vox pop)	160 inquéritos de rua junto das comunidades imigrantes (Vox pop)						
Projeto de Promoção da Interculturalidade a Nível Municipal - III Edição (fase I: 2012-2013) 2011/FI/A1/09	17 027 Destinatários agregados	10 915 Destinatários agregados						
2	Desenvolvimento de indicadores e metodologias de avaliação para aferir os progressos, ajustar as políticas e as medidas e facilitar a coordenação da aprendizagem comparativa	711 260,00	2	Apoio a iniciativas de acompanhamento e avaliação das políticas e atividades em matéria de imigrantes	40 000,00	II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013) - Fase II 2011/FI/A2/01	90% das medidas do II PII (2010-2013) implementadas	66,35% das medidas do II PII (2010-2013) implementadas

Prioridades			Ações			Projetos e beneficiários	Resultados	
Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)	Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)		Esperados	Efetivos
3	Reforço das capacidades políticas e melhoria da coordenação e das competências nos Estados Membros a todos os níveis bem como nos serviços governamentais	3 556 310,00	3	Apoio a iniciativas de modernização e reforço operacional dos equipamentos, das estruturas e dos serviços que atuam na área da integração de imigrantes	150 000,00	Criação de instrumentos privilegiados para troca de informação, experiências e boas práticas em matéria de imigração - vários suportes  2011/FI/A3/02	250 000 Consultas aos websites por ano	264 684 Consultas aos websites por ano
							50 Newsletter semanais	46 Newsletter semanais
							23 Compilações estatísticas	23 Compilações estatísticas
							4 Newsletter temáticas	4 Newsletter temáticas
							2 Nº de Revistas BI editadas	2 Nº de Revistas BI editadas
							12 000 Revistas Bi produzidas	12 000 Revistas Bi produzidas
Assistência Técnica	1 021 140,00	Assistência Técnica	141 342,92	...	...			
TOTAL	15 246 390,00	TOTAL	2 783 572,89	...	...			

FONTE: Decisão da Comissão C(2011) 4582 final, Anexo 1.

### ANEXO 3

## Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros Programa Anual 2012 - Quadro lógico

Prioridades			Ações			Projetos e beneficiários	Resultados	
Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)	Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)		Esperados	Efetivos
1	Execução das ações destinadas a pôr em prática os "Princípios básicos comuns para a política de integração dos imigrantes na União Europeia"	9 957 680,00	1	Reforço e melhoria do acolhimento e integração de imigrantes	3 000 000,00	Serviços Inovadores no Acolhimento a Cidadãos Estrangeiros - SAI-CE 2012/FI/A1/01	56 Mediadores socioculturais que participaram no projeto	62 Mediadores socioculturais que participaram no projeto
						ENGAGE - PROJETO MENTORES 2012/FI/A1/05	22 Mentores	22 Mentores
							28 Processos de mentoria	31 Processos de mentoria
							50 Mentorados	51 Mentorados
						Emprego e Empreendedorismo Imigrante 2012/FI/A1/06	300 Colocações em emprego (GIP)	401 Colocações em emprego (GIP)
							300 Colocações em formação (GIP)	380 Colocações em formação (GIP)
							20 Negócios criados	20 Negócios criados
						Projetos de Promoção da Interculturalidade a nível Municipal III Edição 2012/FI/A1/07	34 004 Destinatários agregados	30 124 Destinatários agregados
						Reforço da Rede Nacional de Apoio ao Imigrante em Vários Suportes - Televisão e Rádio 2012/FI/A1/08	52 Programas de TV produzidos	35 Programas de TV produzidos
52 Emissões de rádio	51 Emissões de rádio							
Educação para todos 2012/FI/A1/09	170 Formandos (imigrantes) que concluíram com sucesso as ações de formação	55 Formandos (imigrantes) que concluíram com sucesso as ações de formação						
Mediação Interculturalidade em Serviços Públicos 2012/FI/A1/10	20 AMI	20 AMI						
2	Desenvolvimento de indicadores e metodologias de avaliação para aferir os progressos, ajustar as políticas e as medidas e facilitar a coordenação da aprendizagem comparativa	711 260,00	2	Apoio a iniciativas de acompanhamento e avaliação das políticas e atividades em matéria de imigrantes	120 000,00	II PII (2010-2013) - FASE II 2012/FI/A2/03	90 % das medidas do II PII (2010-2013) implementadas	79 % das medidas do II PII (2010-2013) implementadas

Prioridades			Ações			Projetos e beneficiários	Resultados	
Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)	Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)		Esperados	Efetivos
3	Reforço das capacidades políticas e melhoria da coordenação e das competências nos Estados Membros a todos os níveis bem como nos serviços governamentais	3 556 310,00	3	Apoio a iniciativas de modernização e reforço operacional dos equipamentos, das estruturas e dos serviços que atuam na área da integração de imigrantes	525 591,40	Criação de instrumentos privilegiados para troca de informação em matéria de imigração, experiências e boas práticas em vários suportes 2012/F1/A3/01	300 000 Consultas aos websites por ano	289 679 Consultas aos websites por ano
							50 Newsletters enviadas	43 Newsletters enviadas
							4 Compilações estatísticas	7 Compilações estatísticas
Assistência Técnica		1 021 140,00	Assistência Técnica		151 899,60	...	...	
TOTAL		15 246 390,00	TOTAL		3 797 491,00	...	...	

FONTE: Decisão da Comissão C(2012) 9225 final, Anexo 1.

**ANEXO 4**

**Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros Programa Anual 2013 -  
Quadro lógico**

Prioridades			Ações			Projetos e beneficiários	Resultados	
Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)	Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)		Esperados	Efetivos
1	Execução das ações destinadas a pôr em prática os "Princípios básicos comuns para a política de integração dos imigrantes na União Europeia"	9 957 680,00	1	Acolhimento, integração e valorização da interculturalidade	2 185 000,00	67 projetos	45 Gabinetes de apoio geral, informação e encaminhamento	35 Gabinetes de apoio geral, informação e encaminhamento
							60 000 Atendimentos nos gabinetes de apoio geral, informação e encaminhamento	55 547 atendimentos nos gabinetes de apoio geral, informação e encaminhamento
							8 Gabinetes de informação e apoio especializado	73 Gabinetes de informação e apoio especializado
							6 500 Atendimentos gabinetes de informação e apoio especializado	23 947 Atendimentos gabinetes de informação e apoio especializado
							18 Sessões de Informação	80 Sessões de Informação
							540 Participantes nas sessões de Informação	1 432 Participantes nas sessões de Informação
							7 Ações de capacitação da NPT	195 Ações de capacitação de NPT
							1 057 Participante nas ações de capacitação da NPT	3 276 Participante nas ações de capacitação da NPT
							12 Materiais informativos produzidos	57 Materiais informativos produzidos
							1 200 exemplares distribuídos	12 746 exemplares distribuídos
							30 Outras atividades que visam a integração dos cidadãos NPT	174 Outras atividades que visam a integração dos cidadãos NPT
							700 Participantes nas outras atividades que visam a integração dos cidadãos NPT	6 110 Participantes nas outras atividades que visam a integração dos cidadãos NPT
							18 Sessões de sensibilização	137 Sessões de sensibilização
							500 Participantes nas sessões de sensibilização	5 474 Participantes nas sessões de sensibilização
							11 Materiais de sensibilização produzidos	18 Materiais de sensibilização produzidos
							1 100 Exemplares distribuídos	10 738 Exemplares distribuídos
							50 Eventos de promoção da interculturalidade	354 Eventos de promoção da interculturalidade
							4 500 Participantes/visitantes nos eventos	50 558 Participantes/visitantes nos eventos
							20 Outras atividades de	177 Outras atividades de

Evaluation report on the results and impacts of actions co-financed by the EIF in the period 2011 to 2013

Prioridades			Ações			Projetos e beneficiários	Resultados	
Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)	Nº	Descrição	Contribuição comunitária (euros)		Esperados	Efetivos
							promoção da interculturalidade	promoção da interculturalidade
							450 Participantes nas outras atividades de promoção da interculturalidade	5 633 Participantes nas outras atividades de promoção da interculturalidade
			2	Equipas Municipais de Mediação Intercultural	615 562,00	6 projetos	20 mediadores	26 mediadores
							2 000 cidadãos nacionais de países terceiros apoiados	1 578 cidadãos nacionais de países terceiros apoiados
2	Desenvolvimento de indicadores e metodologias de avaliação para aferir os progressos, ajustar as políticas e as medidas e facilitar a coordenação da aprendizagem comparativa	711 260,00	3	Estudos sobre imigração e integração de nacionais de países terceiros	228 000,00	7 projetos	4 estudos publicados	7 estudos publicados
			4	Planos Municipais para a Integração de Imigrantes	228 000,00	19 projetos	120 entidades que participaram na criação do plano	587 entidades que participaram na criação do plano
							50 cidadãos nacionais de países terceiros que participaram na criação do plano	1 474 cidadãos nacionais de países terceiros que participaram na criação do plano
							300 medidas	790 medidas
3	Reforço das capacidades políticas e melhoria da coordenação e das competências nos Estados Membros a todos os níveis bem como nos serviços governamentais	3 556 310,00	5	Capacitação dos serviços de apoio, acolhimento e integração dos imigrantes	228 000,00	18 projetos	250 participantes nos <i>workshops</i> / seminários	1 412 participantes nos <i>workshops</i> / seminários
							100 formandos nos cursos de formação especializada	297 formandos nos cursos de formação especializada
							24 participantes em atividades de troca de experiências e validação de boas práticas	286 participantes nas outras atividades de troca de experiências e validação de boas práticas
	Assistência Técnica	1 021 140,00		Assistência Técnica	176 440,00	...	...	...
	TOTAL	15 246 390,00		TOTAL	3 661 002,00	...	...	...

FONTE: Decisão da Comissão C(2013) 8878 final, Anexo 1.

**END OF PART B AND OF THE EVALUATION REPORT**

**THANK YOU**